Condições do povo não param de piorar

Indústria e comércio perdem em junho 41 mil empregos formais

Marcelo Camargo - ABr

PDT escolhe Ciro como candidato para presidente

O PDT confirmou em convenção nacional realizada na sexta-feira (20) em Brasília a escolha de Ciro Gomes como candidato à Presidência da República. Ciro defendeu um novo "projeto nacional de desenvolvimento". **Página 3**

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.652 25 e 26 de Julho de 2018

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

42% da população adulta está inadimplente, disse o levantamento do SPC

O Caged, que registra o emprego com carteira assinada, revelou que, em junho, a indústria demitiu 20.470 trabalhadores e o comércio demitiu 20.971. Portanto, 41.441 trabalhadores foram demitidos (já descontadas as admissões) no comércio e na indústria. Depois de um ano alardeando a fraude da "recuperação" econômica de Meirelles, depois de colocar a culpa na greve dos caminhoneiros, agora pouco restou dessas falcatruas. Vários economistas de consultorias e da FGV reconheceram que a situação nada tem a ver com a greve dos caminhoneiros – a recuperação é que era falsa. **Página 2**

Legado dos governos do PT é desemprego, corrupção e Temer

Ricardo Stuckert

O PT lançou um "programa" com as "ideias-força" que Lula aprovou. Lula está preso por roubar o dinheiro do povo - e inelegível pela Lei da Ficha Limpa. Porém, a lei é para os outros. Quanto ao "programa", é uma coleta de vácuo para enganar otários. Esclareceu o coordenador do programa, Fernando Haddad, que o PT e Lula são a favor da reforma da Previdência. O programa pretende "reafirmar o legado dos governos do PT". O legado do PT é a desgraça atual – inclusive Temer. **Página 3**

Reprodução

AFP

Segurança do presidente francês se vestiu de policial e foi espancar manifestantes no 1º de Maio, em Paris

Chefe da Segurança de Macron que bate em mulher acaba preso

O chefe da guarda pessoal do presidente francês, Alexandre Benalla, oficialmente alocado como vice-chefe de gabinete no Palácio Eliseu, foi detido e indiciado no domingo, após vir a público que no 1º Maio espancou um manifestante caído e bateu em uma mulher, e que usava ilegalmente capacete da tropa de choque, insígnia e rádio. O governo Macron tentou abafar o escândalo, mas fracassou e acabou forçado a demiti-lo. Antes, Benalla só fora suspenso por 15 dias. Conforme as fontes do palácio, o "presidente dos ricos" está possesso porque o flagra no seu capanga está atrapalhando suas "reformas estruturais" pró-bancos e o desmonte de direitos. **Pág. 7**

Bancada da Lava Jato propõe anistia para crimes de caixa 2

O ministro Carlos Marun, articulador político de Michel Temer, defendeu a anistia ao caixa dois praticado em eleições passadas. "Podemos propor uma forma de leniência para o caixa dois já praticado", diz o texto do ministro, que é citado na Operação Registro Espúrio por suspeita de interferência indevida em registro de sindicatos na pasta do Trabalho. **Pág. 3**

Marina: condomínio de Alckmin é o mesmo de Dilma em 2014

"O condomínio do Alckmin é agora o condomínio que era da Dilma em 2014", declarou a ex-senadora Marina Silva, pré-candidata da Rede à presidência, comparando o acordo de Alckmin com o Centrão – bloco do DEM, PRB, PR, Solidariedade e PP – à aliança que elegeu Dilma. **Página 3**

Para João Goulart Filho, a lei anti-CLT só subiu desemprego,

"Só fizeram a reforma trabalhista para tirar direitos dos trabalhadores. O desemprego aumentou depois que a lei anti-CLT foi aprovada", afirmou João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre. **Página 3**

Manuela recusa ser vice de Lula e mantém candidatura

A pré-candidata do PCdoB à Presidência, Manuela D'Ávila, afirmou que a sua candidatura vai ser mantida. Com isso, Manuela rejeitou a tentativa do PT de oferecer o cargo de vice-presidente na composição petista, para precipitar a desistência de candidatura. **Página 4**

Bolsonaro tenta terceiro vice

Com dificuldades de conseguir um vice, a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro a presidente foi oficializada domingo, pelo PSL (Partido Social Liberal). **P. 3**

Israel decide "constitucionalizar" o Apartheid

Pág. 6

Indústria e comércio perdem em junho 41 mil empregos formais

Resultado do Caged, estatística oficial do Ministério do Trabalho, faz cair por terra a alardeada farsa da "recuperação econômica"

Dessa vez até o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), declarou que a derrubada no emprego com carteira assinada em junho, nada teve a ver com a greve dos caminhoneiros. Pelo contrário, disse Tiago Barreira, do Ibre-FGV, as demissões na indústria e no comércio "não correspondem à recuperação econômica" alardeada pelo governo. As demissões, disse Barreira, "vão muito além dos efeitos da greve dos caminhoneiros".

Foram 20.470 demissões (já descontadas as admissões) na indústria de transformação e 20.971 demissões no comércio.

Somente no comércio e indústria, portanto, foram 41.441 demissões em um único mês.

O resultado é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), estatística oficial do Ministério do Trabalho para registro da atividade do mercado de trabalho formal – ou seja, com carteira assinada.

O resultado geral (611 demissões) é pouco significativo – pois reflete as admissões sazonais na agricultura, onde o Caged registrou 40.917 postos de trabalho a mais.

O mais relevante é que a farsa da "recuperação econômica" foi desmoralizada. Agora, com a sua variante, a de que tudo estava maravilhoso antes da greve dos caminhoneiros. Logo, tudo é culpa dos caminhoneiros e da sua greve – não importa o quê.

Um economista de uma consultoria, Thiago Xavier, da Tendências, apontou que, no primeiro trimestre, a média do emprego com carteira assinada estava negativa "em 15 mil e agora está negativa em 20 mil, pelos dados dessazonalizados".

Segundo o seu cálculo, se corrigidas as diferenças devidas à época do ano, o saldo do Caged em junho "foi negativo em 70 mil vagas, na série dessazonalizada, após saldo negativo de 7 mil em maio. Desde o começo do ano, já havia sinais de piora".

A questão é que os adeptos da falsa recuperação tentaram estribar-se na greve dos caminhoneiros para fugir da derrubada de sua própria invenção.

Mas isso tornou-se insustentável. Tudo o que pode ser dito é que houve algumas oscilações, mas sempre no fundo do poço, ou seja, a depressão permanece – e irá permanecer, enquanto não mudar a política econômica.

O que tornou-se óbvio para a maioria das pessoas – basta ver os índices de Meirelles nas pesquisas eleitorais.

Não houve sujeito que mais alardeou a suposta "recuperação" do que Meirelles. Não houve sujeito tão apresentado como "fiador" dessa "recuperação" do que Meirelles.

No entanto, suas preferências eleitorais são tão ridículas – para quem foi propagandeado, maciçamente, como o condestável e gênio (?!) da economia – que revelam o fracasso de toda essa ridícula campanha.

Na segunda-feira, "O Globo" saiu com a seguinte manchete: "País só vai superar a recessão em 2020, prevê FGV".

Obviamente, se continuar a atual política, nem em 2020.

Mas não é isso o mais importante, nesse caso.

Acontece que o jornal que mencionamos – e os outros órgãos de comunicação do mesmo grupo – estiveram entre os primeiros (talvez os primeiros) a tocar fanfarras pela "recuperação" de Meirelles. Sua principal comentarista econômica repetiu inúmeras vezes que a recessão ficara para trás, logo acompanhada por suas versões subsidiárias – aquelas senhoritas que aparecem na "Globo News".

Agora, nesta manchete, se reconhece que o país ainda está em recessão – e que tão cedo não vai "superar" essa recessão. A previsão é atribuída à FGV, mas isso também é uma mudança: a própria FGV, hoje sob gerência neoliberal, também garantia, até há pouco, que estávamos em plena "recuperação".

Não existe nenhuma necessidade econômica de que a recessão se estenda até 2020, o que significariam seis anos de crise, de destruição das forças produtivas, em especial, as energias do trabalho nacionais.

Obviamente, quem não consegue conceber outra política econômica que não seja a monstruosidade atual, tem que, em suas previsões, esticar a crise até ao infinito no tempo – ou inventar "recuperações".

Mas é claro que uma política de aumento dos investimentos públicos, de baixa dos juros, de aumento do salário real e dos empregos – portanto, expansão do mercado interno – e proteção da indústria nacional, da iniciativa estatal e privada não-monopolista, pode tirar-nos do abismo atual em pouco tempo.

O resultado do Caged em junho, de certa forma, ao acabar com farsas e ilusões, abre o caminho nesse sentido, ao revelar, ainda que não inteiramente, qual é a realidade.

REFORMA TRABALHISTA

Em vigor desde novembro do ano passado, a Reforma Trabalhista, colocada em prática por Temer, já mostra o impacto sobre o emprego formal. Os contratos de trabalho de jornada plena estão sendo substituídos por contratos de horas (a chamada jornada intermitente). Em junho, o Caged computou 2,7 mil registros líquidos a mais de contratados com jornada reduzida e instável. O resultado disso são salários e direitos arrochados.

O salário médio de admissão em junho, por exemplo, foi de R$ 1.534,69, enquanto a média de demissão foi de R$ 1.688,25. Isso significa que houve uma queda de R$ 12,26 no salário de admissão na comparação com o mês anterior.

Na prática, além de rasgar os direitos conquistados pela CLT, a "reforma" afrouxa a fiscalização sobre as contratações e facilita as demissões - ao contrário de "modernizar as relações de trabalho" e "aquecer o mercado", como o governo diz.

PRISCILA CASALE

Agência Brasil

Maior gravidade está na perda de postos de trabalho do setor produtivo

Recessão leva 42% da população à inadimplência, segundo o SPC

Com o país mergulhado na recessão, a inadimplência explodiu e atingiu em junho 42% da população adulta brasileira. Em números absolutos, isso representa que 63,6 milhões de pessoas estão com suas dívidas atrasadas e com o CPF restrito.

Os dados foram divulgados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) levando em consideração pessoas físicas e comerciantes.

Contrariando a propaganda da "recuperação econômica" do governo federal, as estatísticas registram que em junho a inadimplência cresceu 4,07% na comparação com o mesmo período do ano passado. Desde a eclosão da crise, durante o governo Dilma, o desemprego e o subemprego só aumentam, enquanto os salários são arrochados e o governo ataca os direitos fundamentais da população, como a previdência e as leis trabalhistas. Segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,7 milhões de pessoas terminaram o primeiro trimestre do ano desempregadas.

A inadimplência é uma consequência clara disso: além da agiotagem do sistema bancário, que endivida os brasileiros com juros astronômicos nas operações de cartão de crédito, cheque especial, financiamento e empréstimo, vê-se um aumento impressionante da inadimplência com as contas básicas. Os atrasos no pagamento de água e luz, por exemplo, cresceram 6,69% de um ano para o outro.

As dívidas bancárias continuam representando a principal forma de endividamento e inadimplência, com 51% do total. Essa modalidade teve crescimento de 7,62% na comparação com o mesmo mês de 2017. A taxa de juros média cobrada pelos bancos para o cheque especial estava em absurdos 311% ao ano em maio deste ano. Já para o cartão de crédito, eram 243% ao ano.

Em 2018, segundo dados do IBGE, até maio foram extintos 233 mil empregos domésticos

Os empregos domésticos sofreram cortes expressivos em 2018, até maio, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram extintos 233 mil postos de trabalho, considerando-se trabalhadores com registro e na informalidade.

No mesmo sentido, os números do E-social demonstram uma queda de 14,5%, no mesmo semestre, do número de empregadores que declararam manter algum empregado doméstico. Em dezembro de 2017 eram 1.320.362 milhões esses empregadores, caindo para 1.127.984 milhões em junho deste ano.

Os números acompanham a queda de renda, em especial das famílias de classe média, que passaram a assumir as tarefas domésticas ou, na melhor das hipóteses, passam a se utilizar apenas dos serviços de diaristas. O Brasil ocupa mais de 6 milhões de pessoas nessas atividades, o maior grupo no mundo. São três empregados para cada grupo de 100 habitantes.

Em outubro de 2017 o IBGE registrou que o trabalho doméstico contribuía para reduzir o número de desempregados, ao gerar 177 mil novos empregos. Os dados mais recentes demonstram que mesmo esse tipo de trabalho de baixa remuneração, não vem conseguindo sustentar-se diante da queda de renda e a falta de perspectivas de melhoras da economia, do emprego e da renda.

Governo marca leilão para entregar óleo do pré-sal para multis abaixo do preço

Mesmo com a enorme crise de preços dos combustíveis no país, o governo insiste no leilão que vai entregar, a preço de banana, barris e barris de petróleo do pré-sal que pertencem à União.

Como o último pregão foi fracassado, a ideia é abrir a licitação para ofertas abaixo do preço de referência para "atrair" interesses.

O novo leilão está marcada para agosto e está sendo organizado pela pré-sal Petróleo SA (PPSA), pseudo-estatal criada por Lula para negociar na bacia das almas a parcela de óleo do pré-sal que pertence à União por força da lei de Partilha.

Serão entregues três lotes na Bacia de Santos, operados pela Petrobrás, com três milhões de barril no total. São os campos de Lula, Sapinhoá e Mero.

A intenção do governo é torrar essa imensa riqueza para arrecadar, no final das contas, apenas R$ 1 bilhão. Como os principais interessados são as companhias estrangeiras - como a Shell - trata-se de reforçar a política de enviar óleo para o exterior para depois importar gasolina e perpetuar a dependência das flutuações dos preços do exterior para abastecer o país.

Toda a produção dos campos de Lula e Sapinhoá pertencem à União porque estão sem contrato de concessão. Em Mero, a União detém 41,65% do óleo produzido em contrato de partilha com a Total.

Para incentivar as ofertas, a regra do leilão de maio que previa a escolha da companhia pelo maior ágio sobre o preço de referência se converteu em privilegiar quem oferecer o menor deságio em relação ao valor de referência.

TECNOLOGIA DA PETROBRÁS

A PPSA apenas negociou até agora o óleo do pré-sal que pertence à União com a Petrobrás. Uma das dificuldades enfrentadas para a venda do óleo do pré-sal para as companhias estrangeiras, segundo a direção da PPSA, é que a Petrobrás é a única que possui navios capazes de retirar petróleo das plataformas do pré-sal por conta de uma tecnologia de posicionamento dinâmico para transferência para grandes navios petroleiros. Segundo o governo, isso é um problema meramente "logístico" e explicaria a falta de concorrência.

Resultados de 2016 mostram que a União tem pelo menos 11,2 milhões de barris de petróleo do pré-sal, mas que agora começam a ser negociados para o grande cartel a preço de banana.

13% retiram da poupança para despesas do dia a dia

Estudos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) indicam que 13,3% dos brasileiros estão usando suas reservas financeiras para pagar despesas do dia-a-dia.

Foram considerados todos os tipo de reservas, inclusive a poupança, mesmo com depósitos acima dos saques em junho. "As pessoas de mais baixa renda não têm margem para se tornarem consumidores equilibrados. Então elas ainda estão se endividando, porque o mercado de trabalho não deu o retorno esperado. E quem tem margem se tornou mais cauteloso, quem vinha gastando agora está poupando", explica Viviane Seda, do Ibre/FGV.

Patinando no fundo do poço neste ano e em 2017, desmentindo a propaganda de Temer da retomada da economia, depois de dois anos (2015/16) seguidos da maior recessão que o país já atravessou, o desemprego permanece nos assombrosos 12,7% ou 13,2 milhões de pessoas, conforme dados de maio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mantendo uma pressão cada vez mais insuportável para as famílias.

O endividamento atinge os mais pobres, já os mais ricos recorrem mais a poupança. As pessoas na faixa de renda até R$ 2.100,00 usam a poupança para fazer frente às despesas. 8,2% e 15,1% se declaram endividados. De R$ 2.100,00 a R$ 4.800,00 os percentuais são respectivamente 16,3% e 15,5%.

15% dos que estão na faixa de renda de R$ 4.800,00 a R$ 9.600,00 utilizam reservas financeiras, e declaram-se endividados 8,4%. Na faixa de renda acima de R$ 9.600,00, 16,1% têm feito uso de reservas, enquanto declaram-se endividados 3,7.

Em maio, o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) Brasil identificou comportamentos semelhantes ao do Ibre. Apurou que 40,5% das pessoas consultadas fizeram uso de reserva financeira para diversas finalidades. Desse total, 4,5% utilizaram as reservas porque ficaram desempregadas e 7,4% porque não tinham dinheiro suficiente para pagar as contas.

"O mercado de trabalho continua muito ruim. Mesmo com a criação de vagas, milhões de pessoas seguem desempregadas", afirma a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

Alckmin recebe apoio dos partidos do Centrão

O pré-candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin, obteve o apoio dos cinco principais partidos do bloco denominado Centrão – PR, PP, DEM, PRB e Solidariedade. Um pré-acordo foi definido na última quinta-feira (19), em São Paulo, após reunião entre os caciques do bloco realizada em Brasília.

Após o encontro com Alckmin, os dirigentes do Centrão divulgaram nota conjunta em que declaram "o compromisso de construir um projeto comum para as eleições deste ano" e anunciam que cada partido fará "consultas internas" para proclamar a decisão na semana que vem. O anúncio oficial do apoio do bloco ao candidato foi adiado para a próxima quinta-feira (26).

Até lá, os comandantes de DEM, PP, PR, PRB e SD vão conversar com as bases para costurar o acordo oficial. Um integrante do PSDB disse que está tudo encaminhado, mas é preciso aguardar o anúncio oficial para dar tudo como garantido.

A aliança de Alckmin com o "Blocão", se confirmada, pode dobrar o tempo de TV do tucano, o que é considerado fundamental para ele na busca de reverter a desvantagem atual nas pesquisas de intenção de voto. O tucano ficará com o maior tempo na propaganda eleitoral, que tem 25 minutos de duração, seguido do PT, com cerca de 9 minutos, e do MDB, com até 8 minutos.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Michel Temer é legado dos governos petistas

Givaldo Barbosa/AOG

Carlos Marun, articulador de Temer

Ministro de Temer quer anistiar corruptos, SUS pago e eleger Meirelles

O ministro Carlos Marun, articulador político de Michel Temer, defendeu a anistia ao caixa dois praticado em eleições passadas e a cobrança pelo atendimento no sistema público de saúde em mensagem encaminhada ao pré-candidato do PMDB à presidência da República, Henrique Meirelles.

Marun já foi braço direito do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso pela Operação Lava Jato por corrupção. O titular da Secretaria de Governo também propõe a fixação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal e a criação de uma nova corte, acima do STF.

"Podemos propor uma forma de leniência para o caixa dois já praticado e o criminalizarmos para o futuro", diz o texto do ministro, que é citado na Operação Registro Espúrio por suspeita de interferência indevida em registro de sindicatos no Ministério do Trabalho.

"Vamos propor mandatos para o STF, revogar a Lei da Bengala, votar a Lei do Abuso de Autoridade, e criar uma Corte Constitucional que possa dirimir conflitos entre as decisões do STF e a Constituição Federal", acrescentou.

Marun afirmou que a candidatura do partido deve propor a manutenção do Bolsa Família – principal bandeira dos governos do PT. Quanto ao atendimento no sistema público de saúde, ele defende que é preciso cobrar.

O ministro disse ainda que um eventual governo do PMDB, a partir de 2019, deve "radicalizar nas privatizações" e propor a autonomia do Banco Central. Ele também defendeu a realização da reforma da Previdência, que Temer tentou fazer mas não conseguiu devido à forte reação da sociedade.

As ideias do ministro foram publicadas num grupo de WhatsApp de parlamentares do PMDB e de Meirelles. O documento funciona ainda como uma espécie de crítica aos partidos do Centrão (DEM, PP, PR, PRB e Solidariedade), que mesmo estando na base do governo não quiseram firmar aliança com o pré-candidato do partido.

O articulador político dispara ainda contra o pré-candidato a presidente do PSDB Geraldo Alckmin e o do PDT, Ciro Gomes, a quem chama de "débil mental".

"A atitude de Alckmin nas denúncias (contra Temer) o torna não merecedor do nosso apoio. Ajudamos a sua candidatura é verdade, ao vetarmos o apoio do Centrão ao débil mental do Ciro Gomes. Este apoio foi para os tucanos, mas isto não é de todo ruim. Sabemos que a tucanidade de Alckmin não o faz o candidato para o agora", escreveu Marun.

PR

Lula colocou Temer na base do governo petista. Foi vice duas vezes

PSL faz convenção confirmando Jair Bolsonaro, que continua sem vice

A candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro a presidente da República foi foi oficializada domingo (22), durante convenção nacional do PSL (Partido Social Liberal) no Rio de Janeiro. Ainda não foi decidido quem será o vice na chapa.

O candidato prometeu que, se for eleito, vai aumentar o processo de liquidação do patrimônio público, inclusive ampliando o esvaziamento da Petrobrás, que segundo ele teria "muitos braços". Bolsonaro adiantou ainda que pretende acabar com o Ministério das Cidades e fundir pastas como Fazenda e Planejamento, assim como Agricultura e Meio Ambiente.

A advogada Janaína Paschoal, autora do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que é cotada para ser candidata a vice na chapa, esteve ao lado do candidato na convenção. Porém, ela afirmou que ainda não decidiu se aceita o convite.

A indecisão de Paschoal, a terceira opção do parlamentar fluminense para compor a chapa presidencial, reflete o isolamento político e a dificuldade do presidenciável de agregar apoio do mundo político à sua campanha.

Na semana passada, o PRP (Partido Republicano Progressista) se recusou a indicar o general Augusto Heleno para vice. O PR (Partido da República) foi outro a descartar a indicação de um nome, neste caso o do senador Magno Malta (ES).

Apesar de mais cotada para vice, Janaina Paschoal desagradou a aliados do candidato e ao próprio Bolsonaro, que não escondeu a irritação quando ela falou que "as pessoas não precisavam segui-lo". Ela também recomendou aos presentes que não era necessário sair "falando para as pessoas acreditar em Deus". A fala deixou aborrecidos alguns pastores evangélicos presentes ao ato.

Bolsonaro ainda atacou o presidenciável do PSDB, o ex-governador Geraldo Alckmin, que fechaou aliança com os partidos do Centrão. "Agradeço ao Alckmin por juntar o que há de pior do Brasil ao seu lado", criticou Bolsonaro.

Em entrevista, o candidato do PSL disse que não tem vergonha de dizer que não entende nada de economia. "Não entendo mesmo. Não entendo de medicina, de agricultura, não entendo um montão de coisa".

Fome, miséria, corrupção e desemprego também

O PT lançou, por escrito e em vídeo, algo chamado "Plano Lula de Governo", com "os eixos temáticos e as ideias-força" aprovadas por Lula, segundo a presidente da sigla, Gleisi Hoffmann.

Lula está preso por roubar a coisa pública – e é inelegível, pela Lei da Ficha Limpa, pois foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) a 12 anos e um mês de cadeia.

A Lei da Ficha Limpa, aprovada por unanimidade (isto é, com o voto do PT) na Câmara e no Senado, foi assinada pelo próprio Lula no dia 4 de junho de 2010.

Mas o PT e Lula querem passar por cima da lei que eles mesmos aprovaram, a ponto de lançar um programa de governo para alguém que é inelegível. A lei, para eles, é somente para os outros.

Quanto ao programa de Lula e do PT, são algumas vazias semi-frases (não chegam a ser frases inteiras), do tipo "incentivo ao consumo sustentável e responsabilização coletiva pelos resíduos" (?) ou "programa emergencial para a superação da crise econômica e busca do pleno emprego" (qual o programa?) ou "reforma do Estado e combate aos privilégios" (qual reforma? qual privilégios?) ou "reforma política com participação popular" (qual reforma política?).

O PT lançou o país na atual crise – e, agora, o que tem a oferecer é a continuação da crise, com generalidades de sexo indefinido e zero de conteúdo.

Mas, rápido, o caráter desse zero se define na omissão quanto à Previdência. Não, disse o coordenador da comissão que confeccionou o programa, Fernando Haddad, não é uma omissão, pois o PT e Lula são a favor da "reforma da Previdência". Que reforma?

"Vamos começar do começo", disse Haddad, "e aí vai se criando um ambiente. Ninguém pode se furtar a discutir a Previdência. Mas vamos fazer transparente, esclarecer quem está sendo beneficiado além do que contribuiu. Temos que tratar de pagamentos extra-teto, auxílios de toda ordem, que vão minando o sistema. O Brasil gasta 4 por cento do PIB com pensões, o que é uma anomalia. Mesmo em países com população muito mais velha os gastos com pensões atingem metade disso."

Qual a diferença disso para Temer, Meirelles, Padilha e Marun?

Nenhuma. Inclusive nos números, inteiramente mentirosos.

A arrecadação da Previdência no Brasil corresponde a 8,2% do PIB. Portanto, se a previdência pública gasta 4% do PIB com pensões, nada há de anormal nisso (cf. ANFIP, PEC 287/16 - Reforma da Previdência, 13/04/2017, p. 12).

O PT elevou os privilégios fiscais, isto é, as isenções de impostos, para 4,9% do PIB. Somente as isenções referentes, diretamente, à Previdência, foram a 2,73% do PIB (cf. Receita Federal, Demonstrativo de Gastos Tributários 2015).

O PT isentou do Imposto de Renda os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas. Isentou de Imposto de Renda os ganhos do capital estrangeiro, enquanto um operário especializado paga 27,5% de Imposto de Renda sobre o seu salário.

No entanto, o PT acha que o Brasil gasta muito com a Previdência.

Além do mais, acha que o problema da Previdência são os privilegiados com aposentadorias muito altas.

Qual a diferença disso para Meirelles e Temer?

Entre 2003 e 2015 os governos do PT transferiram – ou forçaram a transferência, no caso dos Estados e municípios – de R$ 2,8 trilhões em dinheiro público, para o setor financeiro – a título de juros.

As taxas de juros eram determinadas pelo próprio governo, através do Banco Central, para o qual Lula nomeou Henrique Meirelles – e o manteve, mesmo quando Meirelles afundou o país, depois da eclosão da crise dos EUA no final de 2008, mantendo os juros no espaço sideral.

Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), essas transferências significaram, em média, 6,07% do PIB a cada ano, com um máximo de 8,46% do PIB em 2015.

O PT não acha que é um escândalo transferir 8,46% do PIB do setor público para os bancos, fundos e outros parasitas e assaltantes financeiros. Tanto assim que Lula manteve Meirelles durante oito anos no BC – e o promoveu a ministro, para conceder a ele o foro privilegiado que permitiu com que escapasse da Polícia Federal, do Ministério Público e do juiz Moro, no escândalo do Banestado.

O "programa" de Lula não toca nos juros. Disse o coordenador do programa que "os bancos têm que deixar de ser rentistas", como se isso fosse possível, e propôs um esquema de premiação a eles, se baixarem o spread (a suposta taxa de risco, embutida nos juros).

No entanto, o governo é que não pode ser submisso aos bancos – tal como foi, agachadamente, durante os governos do PT e seu prolongamento, o governo Temer.

Há muito, o PT é um especialista em estelionato eleitoral – e não foi somente Dilma que o praticou. O leitor que consultar o programa de Lula para o setor elétrico, nas eleições de 2002, notará que ele foi jogado fora assim que tomou posse na Presidência (cf. "A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro", de Ildo Sauer, Luiz Pinguelli Rosa, Roberto Pereira D'Araújo, Joaquim Francisco de Carvalho, Leslie Afranio Terry, Luiz Tadêo Siqueira Prado e João Eduardo Gonçalves Lopes).

Lula fez exatamente o oposto daquilo que está nesse programa, favorecendo as distribuidoras privatizadas, sobretudo açambarcadas por monopólios estrangeiros, com a ajuda de sua ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff.

As atuais – e estúpidas - tarifas de energia são uma consequência dessa traição.

Agora, diz o PT, Lula está propondo uma "inflexão estratégica na matriz energética para expandir a energia solar, eólica e biomassa, aumento da eficiência energética e promoção da redução das tarifas".

O que isso quer dizer?

Nada, leitor, é apenas baba de vigaristas e ladrões para tapear otários. Vide o governo Lula. Os programas, para o PT, nada significam, exceto marketing, propaganda enganosa.

A primeira "ideia-força" do programa do PT é a "reafirmação do legado dos governos do PT".

Como se Lula e o PT não tivessem nada a ver com a catástrofe atual no Brasil...

Como se eles não tivessem, através de sua corrupção, colocado Temer no poder. Aliança e roubalheira associada, para Lula e o PT, eram - e são - a mesma coisa. Não foi assim que eles, segundo o próprio Lula, "fizeram política"?

Durante o ano de 2015, o governo do PT desempregou, segundo o IBGE, 2 milhões e 635 mil trabalhadores.

No mesmo ano de 2015, em julho, por Medida Provisória de Dilma, pela primeira vez na História do país, foi permitido corte nos salários nominais, através do famigerado PPE.

As "reformas" de Temer – e até o ridículo Meirelles – são uma continuação dos governos do PT.

Não menos importante, há os R$ 42 bilhões que, segundo a Polícia Federal, foram roubados da Petrobrás – com uma parte indo para as propinas ao PT, a Lula e aos seus então satélites.

Este é, em poucas palavras, o legado do PT – e de Lula.

CARLOS LOPES

PDT oficializa Ciro Gomes candidato à Presidência

O PDT confirmou em convenção nacional realizada nesta sexta-feira (20) em Brasília a escolha de Ciro Gomes como candidato à Presidência da República. O ex-ministro e ex-governador do Ceará foi escolhido por aclamação pelos filiados que participaram do evento.

Ele defendeu um novo "projeto nacional de desenvolvimento" com apoio à indústria e ao comércio nacionais, que, na avaliação dele, estão "sofrendo". "O Brasil é o país que mais destrói as próprias indústrias no capitalismo mundial", acrescentou.

"O colapso da economia brasileira atinge também de forma grave aqueles que estão na ponta da nossa indústria e da nossa produção. Também para eles, um projeto nacional de desenvolvimento é de igual forma urgente", disse o candidato.

"A pretexto de austeridade fiscal, essa gente quebrou o país. O Brasil nunca esteve tão fragilizado nas contas públicas", declarou. "Não nos iludamos, o Brasil precisa mudar! O importante setor do comércio, grande fonte de trabalho para nosso povo, também está sofrendo. Entre 2013 e 2016, mais de 70 mil estabelecimentos comerciais foram fechados no Brasil, aumentando ainda mais o numero de brasileiras e brasileiros na fila do desemprego", denunciou Ciro. *Leia mais em www.horadopovo.org.br*

João Goulart: "a tal da recuperação de Temer não passou de marketing"

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre, afirmou nesta segunda-feira (23) em Brasília, que os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho sobre o desemprego "revelam a piora do drama vivido pelos brasileiros". "Foram 40 mil postos de trabalho fechados no comércio e na indústria só no mês de junho", observou. "A tal recuperação que o governo Temer dizia estar em andamento não passou de uma jogada de marketing", denunciou João Goulart.

"Outra coisa que o governo dizia era que, com a reforma trabalhista, haveria aumento dos empregos. Puro engodo. Só fizeram a reforma trabalhista para tirar direitos dos trabalhadores. O desemprego aumentou depois que a lei anti-CLT foi aprovada", acrescentou o filho de Jango.

Ele voltou a afirmar que, se for eleito, vai revogar a reforma trabalhista. "Vamos rever essa lei porque, em nossa opinião, direitos trabalhistas não podem retroceder. Esses direitos foram conquistados pelo trabalhismo e nós, que representamos o trabalhismo, vamos defendê-los", afirmou o presidenciável do PPL.

João Goulart comentou também sobre as candidaturas que estão postas para 2018, bem como suas propostas de política econômica. Segundo ele, todos os candidatos estão propondo seguir a política de ajustes fiscais. "Uns mais abertamente e outros mais disfarçados, dizem que o Brasil não tem recursos e que deve haver cortes de investimentos e programas sociais para que o país se adapte à situação. Sou de opinião contrária. O que o próximo governo deve fazer não é cortar, mas sim aumentar os investimentos. Só assim vamos sair dessa situação crítica que começou em 2014, e que perdura até agora", disse ele.

"Enfrentar de verdade a crise fiscal não é cortar investimentos, como têm feito os últimos governos. O que temos que fazer é diminuir os gastos públicos com os juros da dívida. Só para pagar juros, o poder público gasta R$ 400 bilhões por ano. O Brasil é muito grande, tem um potencial enorme e não cabe nesta camisa de força esfarrapada do neoliberalismo", destacou o pré-candidato.

"A primeira coisa que devemos fazer para tirar o país da crise é reduzir esses juros", disse. *Continue lendo em www.horadopovo.org.br*

Boulos é confirmado pelo Psol e diz que sua campanha será 'de baixo para cima'

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Guilherme Boulos, foi oficializado na tarde de sábado (21) como candidato à Presidência pelo PSOL. Ele foi recebido pelos cabos eleitorais com gritos de "eu não abro mão de um presidente que faz ocupação". A convenção foi realizada num hotel em São Paulo e contou com a presença de líderes do partido, como o deputado estadual do Rio, Marcelo Freixo, e a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

A candidatura Boulos, que é vista como linha auxiliar de Lula e do PT, não tem conseguido empolgar e nem pontuar nas pesquisas eleitorais. O candidato anunciou que está coligado com o PCB e reclamou da falta de tempo para falar ao eleitorado. Ele disse que para enfrentar essa dificuldade vai fazer uma campanha "de baixo para cima".

No discurso, ele voltou a defender que Lula seja candidato. "Nós defendemos o direito de Lula ser candidato à Presidência da República porque entendemos que foi vítima de uma condenação injusta", afirmou. Lula está preso em Curitiba e condenado a 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

O professor Nildo Ouriques, de Santa Catarina, que disputou a indicação do PSOL, disse que "a inédita crise inaugurada pelo ajuste do governo Dilma (PT) e aprofundada pelo governo liberal e corrupto de Temer exigirá lucidez da esquerda e, em especial, do PSOL". Nildo defendeu que o povo seja capaz de "romper com o sistema petucano e abrir as portas para uma nova etapa da luta de classes onde o protagonismo das maiorias encontrem no partido seu melhor tradutor'.

Marina Silva diz que "condomínio de Alckmin é agora o condomínio que era da Dilma em 2014"

A ex-senadora Marina Silva, pré-candidata da Rede à presidência da República, comparou o acordo feito pelo pré-candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com o Centrão – bloco formado pelo DEM, PRB, PR, Solidariedade e PP – à aliança que elegeu a ex-presidente Dilma Rousseff em 2014.

"O condomínio do Alckmin é agora o condomínio que era da Dilma em 2014", disse na segunda-feira (23), durante evento com filiados do seu partido em Piracicaba.

Com a aliança do Centrão, o ex-governador de São Paulo terá grande parte da fatia da propaganda de rádio e TV nas eleições. "Fizeram (os partidos do Centrão) um serviço junto com a Dilma e o Temer e agora já encontraram um novo condomínio para chamar de seu", ironizou Marina.

A menos de duas semanas da convenção nacional que confirmará seu nome na disputa, Marina ainda não confirmou nenhum partido em sua coligação. Quando questionada, ela lembrou que ainda há tempo até o registro das candidaturas no TSE e que portanto ainda está negociando.

Para o caso de que não venha a fechar alianças com outras legendas no primeiro turno, ela respondeu: "Temos excelente prata da casa, ouro da casa".

Álvaro Dias e Levy Fidelix articulam aliança

Os pré-candidatos à Presidência Álvaro Dias (Podemos/PR) e Levy Fidelix (PRTB/SP) articulam a formação da "Aliança Patriótica Democrática Cristã", que poderá reunir nove partidos na disputa à presidência da República na eleição deste ano.

Além do Podemos e PRTB, o bloco é formado por PSC, PRP, Patriota, PTC, DC, Avante de Pros. Entre os nomes que poderão encabeçar a chapa, estão os do senador Álvaro Dias, Paulo Rebello de Castro (PSC), José Maria Eymael (DC) e General Mourão (PRTB).

A informação foi dada por Levy Fidelix em sua conta no Facebook. De acordo com o político, as tratativas em torno da criação da aliança suprapartidária ocorreram na segunda-feira (23), em São Paulo, entre ele e o senador paranaense.

"O povo já cansou dos mesmos e dos envolvidos na Lava Jato", destacou Fidelix. Ele informou que o bloco lançará cerca de 10 mil candidatos a deputados federais e estaduais e candidatos a governadores e senadores em praticamente todos os estados. O grupo terá algo em torno de dois minutos de propaganda eleitoral na TV e rádio.

Temer quer doar distribuidoras que tiveram investimento de R$ 8,4 bi

De 2011 até 2017, a estatal Eletrobrás investiu R$ 8,4 bilhões nas distribuidoras que o governo quer vender pelo preço de seis carros populares

O processo de privatização da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), distribuidora da Eletrobrás cujo leilão está marcado para a próxima quinta-feira (26), está "bem encaminhado", na avaliação do entreguista que ocupa a presidência da estatal, Wilson Ferreira Júnior. A Cepisa será a primeira das seis distribuidoras da Eletrobrás que serão doadas à iniciativa privada a preço de um carro popular, R$ 50 mil.

A avaliação do presidente da Eletrobrás é contestada pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina). "Quanto vale uma empresa num horizonte de 30 anos? Difícil responder, não? Mas, o atual presidente da Eletrobrás sabe que valem 6 carros populares e não está barato! Para justificar sua acalorada defesa dos compradores, diz que eles, coitados, terão que investir R$ 2,4 bilhões no futuro", questionou o diretor do Ilumina, Roberto D'Araujo.

Segundo Wilson Ferreira, juntas, as distribuidoras dão prejuízo de cerca de R$ 300 milhões por mês para a Eletrobrás, ou R$ 10 milhões por dia. Isso poderá ser revertido com corte de custos de operação e manutenção, planos de demissões voluntárias e financiamentos mais baratos. Ele disse ainda que as distribuidoras da estatal não estão baratas, vão precisar de investimentos bilionários e de muito tempo para darem retorno aos novos acionistas.

"Dizem que o preço de compra equivale ao valor de seis carros populares. Mas no dia em que os investidores comprarem as empresas terão de depositar R$ 2,4 bilhões em investimentos, como se fosse um 'dote'", comparou. "E, apesar disso, o investidor já estará devendo R$ 10 milhões, e mais R$ 10 milhões no dia seguinte. Já na primeira semana serão R$ 70 milhões", disse.

Mas o Ilumina denuncia que "o atual presidente da Eletrobrás nunca cita qual foi o investimento feito nos últimos anos nessas empresas. Segundo os relatórios de administração da Eletrobrás, de 2011 até 2017, apenas sete anos, a Eletrobrás investiu R$ 8,4 bilhões, mais do que o triplo do comprometimento dos futuros compradores".

"Logo após a privatização, os compradores vão poder se gabar daqueles investimentos recentes da Eletrobrás como se fossem do pujante setor privado. E a mídia aplaudirá freneticamente. O Brasil vende empresas sob uma filosofia que ninguém pratica".

Em comentário no portal do Ilumina, Roberto D'Araujo relembra que após o processo de privatização iniciado por FHC na década de 90, a Eletrobrás acabou assumindo as regiões deficitárias para que os estados não ficassem no escuro. "Portanto, a história completa é: Venderam-se vários setores, inclusive 26 empresas elétricas, mas deixaram o pepino para a Eletrobrás".

STF

Nesta segunda-feira (23), a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, negou o pedido de liminar feito pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel) para suspender o leilão de distribuidoras estaduais de energia elétrica, subsidiárias da Eletrobrás.

No pedido liminar que chegou ao Supremo, a associação dos empregados contestou a liminar proferida pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador André Fontes, que liberou o leilão, após uma decisão da primeira instância que barrou a venda das empresas.

No último dia 18, o BNDES havia confirmado o leilão da distribuidora para o dia 26, na ocasião, o banco também informou que o leilão da Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), da Boa Vista Energia (Roraima) e da Amazonas Distribuidora de Energia (Amazonas Energia) será dia 30 de agosto.

O leilão da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) continua suspenso devido a uma decisão judicial tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski, no STF, após ação movida pelo governo de Alagoas.

A decisão pelo adiamento do leilão das outras distribuidoras foi tomada em razão do calendário do Senado. Aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho, a medida provisória que autoriza a privatização das distribuidoras ainda aguarda apreciação dos senadores.

Segundo o professor e vice-presidente do Instituto de Energia e Ambiente (IEA) da USP, Ildo Sauer, "não há necessidade nenhuma de vender essas empresas. O que tem de ser feito é sanear a gestão delas. Um dos piores exemplos de má gestão era a Cemar do Maranhão. Foi privatizada, passou para um grupo financeiro e hoje dá lucro porque houve reajuste das tarifas e o governo federal assumiu o prejuízo", disse.

"Todo processo de privatização de empresas desse tipo [distribuidoras] levaram à piora da qualidade dos serviços de energia e aumento extraordinário dos preços [tarifas]. Além do mais, pelo que se sabe da legislação aprovada agora, grande parte do prejuízo existente e alguns futuros serão assumidos pelo Poder público", afirmou Sauer.

O pretexto do governo Temer para a privatização é que essas distribuidoras dão prejuízo."Em nenhum lugar do mundo um sistema essencial para a vida das pessoas dá prejuízo", disse Sauer.

As seis distribuidoras do Norte e Nordeste do país que o governo Temer quer privatizar atendem mais de 13 milhões de brasileiros em 29% do território nacional. É um mercado cativo. Um tremendo filé mignon. Tanto assim, que a italiana Enel – que recentemente adquiriu a Eletropaulo – já manifestou desejo em comprar duas.

MPF

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas expediu recomendação ao ministro de Minas e Energia e ao superintendente da área de Desestatização e Estruturação de Projetos do BNDES para que suspendam o leilão da Amazonas Energia.

Segundo a recomendação, a realização do leilão da Amazonas Energia no momento atual ocorreria "de maneira precipitada, em virtude de fatores como insegurança nos campos jurídico, econômico e financeiro", alegada ausência de autorização legislativa prévia para a realização do ato, decisões judiciais que determinaram em caráter liminar a suspensão do leilão.

MPF recomendou suspensão do leilão de entrega da Amazonas Energia

Entidades condenam medida provisória que libera privatização do saneamento

As companhias privadas de limpeza urbana estão comemorando a Medida Provisória 844/2018, conhecida como "MP do Saneamento" de Temer, que alterou o marco regulatório do setor, liberando a privatização do saneamento. O texto da medida permite que tarifas de limpeza urbana sejam cobradas na conta de água e esgoto quando o serviço de coleta ou tratamento do lixo for prestado em regime de delegação (que inclui as concessões a empresas privadas). Em caso de inadimplência, ambos os serviços podem ser cortados.

Para Carlos Silva Filho, diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe), "o que precisa lembrar é que a tarifa é compulsória, não existe a opção de deixar de fazer o pagamento, porque o serviço é prestado de porta em porta".

A entidade também comemora o trecho que diz que os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverão ter sustentabilidade econômico-financeira assegurada por taxas ou tarifas. Para a Abrelpe o artigo que deverá pressionar prefeituras a criarem tarifas de lixo, o que segundo a entidade só é feito em apenas 4% das cidades brasileiras.

Já para o presidente do Sindicato Nacional das empresas de Limpeza Urbana (Selurb), Marcio Matheus, a cobrança de tarifas do consumidor seria a solução para a inadimplência das prefeituras. "Normalmente convivemos com inadimplência de 10% a 15%. Em 2016, essa taxa chegou a 40%. No ano passado, terminamos na ordem de 27%. É um problema, porque o serviço é essencial, a empresa não pode cortá-lo", diz ele.

Na avaliação do Selur, a MP pressiona de uma segunda maneira a criação de taxas: a MP transforma a Agência Nacional de Águas (ANA) em uma reguladora do saneamento nas cidades que desejarem receber serviços ou recursos federais, o que constitucionalmente é uma prerrogativa dos municípios. Ou seja, com a MP, os municípios que não criarem taxas vão perder o acesso a recursos federais.

A MP traz outras mudanças que favorecem o avanço de empresas privadas no saneamento e onera consumidores. Uma delas fim do subsídio cruzado através da imposição aos municípios de uma consulta previa ao setor privado antes de prorrogação seus contratos públicos de concessão dos serviços de saneamento. O subsídio cruzado incluía municípios rentáveis e deficitários em um mesmo projeto, possibilitando investimentos nos municípios mais pobres e a cobrança de uma tarifa única nas cidades do mesmo estado.

Para a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), entidade que representa 25 empresas estaduais públicas e privadas, com o fim do subsídio sobrará para os estados apenas os municípios deficitários, podendo haver inclusive um aumento de tarifa nestes municípios.

A Aesbe, em conjunto com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), a Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), defendem, que uma mudança no marco regulatório do setor não poderia ser feito via MP, mas sim através de um projeto de lei.

Na avaliação das quatro associações a medida provocará uma desestruturação do setor, "prejudicando os municípios mais pobres e gerando um grande risco de aumento das tarifas de água e esgoto em todo Brasil". O grupo pretende derrubar a MP através de ações judiciais, articulação junto a parlamentares e mobilização do setor de saneamento e da sociedade.

As entidades realizarão no dia 31 de julho o "Dia Nacional contra a MP do Saneamento", com eventos em várias capitais para discutir as consequências da MP no setor.

Manuela D'Ávila mantém candidatura à Presidência

Manuela D'Ávila (PCdoB) afirmou, nesta segunda-feira (23), que diante das tentativas do PT de oferecer o cargo de vice numa chapa encabeçada por Lula, mantém a sua pré-candidatura à Presidência da República.

Na sua avaliação, abrir mão da candidatura deveria ocorrer apenas em torno de uma "frente de esquerda", que unisse outros partidos.

"Ao que tudo indica, nosso apelo pela unidade não está tendo êxito. Então, o que posso eu fazer se não receber com muita honra o desafio que me foi lançado pelo meu partido e que creio tem sido exitoso", disse Manuela. A convenção do PCdoB está marcada para o próximo dia 1º agosto.

"Unidade não é quando um partido se coloca como o grande partido diante dos outros, mas quando os outros partidos podem construir um projeto político comum. Nós estamos tentando fazer isso", afirmou Manuela D'Ávila.

Na semana passada, a presidente do PCdoB, Luciana Santos, avaliou que o PT se arrisca ao tentar levar a candidatura de Lula (que cumpre pena em Curitiba) adiante. Segundo Luciana, Lula não será candidato e de acordo com a proposta do PT, o PCdoB ficará como vice de qualquer candidato petista que for indicado.

"Acontece que não é Lula o candidato, será um candidato do PT", disse Luciana.

Para ela, "essa tática de levar a candidatura de Lula até as últimas consequências é de altíssimo risco", afirmou Luciana.

SP: cinco partidos formalizam apoio a Márcio França (PSB)

O final de semana foi marcado por convenções estaduais de partidos políticos e pelas alianças e apoios formados para estas eleições. O atual governador de São Paulo e candidato a reeleição, Márcio França (PSB) recebeu o apoio formal de cinco partidos.

O Partido Verde (PV) definiu o apoio a Márcio França durante sua convenção realizada na Câmara de São Paulo no sábado (21). França esteve presente no início da cerimônia ao lado de lideranças do PV, que discursaram.

A candidatura à reeleição de França deve ser oficializada em 4 de agosto, na convenção estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

"Os desafios são grandes, mas a determinação de trabalhar e colher os frutos é maior. Temos um povo trabalhador e o melhor Estado do Brasil. A riqueza do nosso Estado é de todos. Mais segurança, mais saúde, educação e oportunidades", disse França.

Também no sábado (21), os partidos PROS e Patriota formalizaram o apoio à candidatura de França. No domingo, ocorreram as convenções do Solidariedade, ligado à Força Sindical e do Podemos. França esteve presente na cerimônia ao lado de lideranças do Podemos, que discursaram. O partido lançou Mario Covas Neto como candidato ao Senado.

Márcio França, durante a convenção do Partido Verde

Movimento Negro do PDT declara apoio a Marcelo Monteiro para o Senado

O Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) decidiu apoiar a candidatura do professor Marcelo Monteiro, do Partido Pátria Livre (PPL-RJ) ao Senado Federal.

Marcelo, que também é vice-presidente nacional do PPL, destaca que a candidatura tem o objetivo de defender as reformas de base que garantam a Soberania Nacional. "Na qualidade de Senador da República, representante do povo, estarei empenhado em devolver o Brasil ao povo Brasileiro, seus verdadeiros donos".

Marcelo Monteiro junto a dirigentes do MNPDT

Bernardi é o pré-candidato da Rede

PPL anuncia apoio a Jorge Bernardi para governo do Paraná

Após reunião no último dia 16, a Rede e o Partido Pátria Livre (PPL) anunciaram uma chapa conjunta para concorrer ao governo do estado do Paraná. A Rede que tinha como pré-candidato o professor Jorge Bernardi, agora terá como vice Juliano Murbach (PPL), que é advogado e ex-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Subseção de Cascavel.

Para o presidente estadual do PPL, o deputado Marcio Pacheco, "o Professor Jorge Bernardi é um homem de sensibilidade, seriedade, e é uma alternativa bastante viável para disputar o pleito deste ano, pois tem qualidade técnica e experiência para governar o Paraná. Além disso, ele prega e pratica a nova política e as posturas defendidas pelo PPL e pela sociedade paranaense e brasileira com ética e transparência".

A direção do PPL também aprovou durante a reunião a aliança nas coligações proporcionais (deputado federal e deputado estadual).

De acordo com Pacheco, que é pré-candidato, todas as decisões da reunião serão discutidas e ratificadas na Convenção Estadual que o partido promoverá no dia 26 de julho, na Câmara Municipal de Cascavel, a partir das 19h30.

Valéria Monteiro é expulsa de convenção do PMN

A candidatura da jornalista e ex-apresentadora de televisão,Valéria Monteiro, à Presidência da República foi rejeitada pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional) durante convenção. A ex-apresentadora chegou a ser expulsa do evento.

O partido já tinha vetado candidatura própria por dizer não ter verba para arcar com os custos de uma campanha para presidente, mas Valéria recorreu da decisão na Justiça, que assegurou a análise do nome durante a convenção nacional.

Antes da análise do nome da candidata, Valéria pediu para falar e o presidente da legenda, Antonio Carlos Massarollo negou, com o argumento de que ela não é convencional. Mesmo sem a permissão, Valéria insistiu em falar e desferiu críticas ao partido, quando Massarollo pediu à segurança para retirá-la do evento.

"Não é possível que nessa crise que o Brasil atravessa, os partidos matem a democracia", afirmou Valéria.

"Ficou bastante evidente de que não há democracia aqui. O presidente recusou que eu falasse antes dos votos dos convencionais e eu estou saindo da convenção, mas isso pra mim é só o começo. A luta da minoria silenciosa começa aqui", disse.

Valéria Monteiro foi impedida de falar na convenção que definiria a candidatura

Metrô de São Paulo tem maior número de falhas desde 2000

O Metrô de São Paulo apresentou, no início do ano, o maior número de falhas graves desde o ano 2000. Este ano, já ocorreram 44 incidentes notáveis, que prejudicam a circulação dos trens, seja em paralisação ou redução da velocidade.

Segundo os dados divulgados pelo jornal "Folha de S. Paulo", obtidos com base na lei de acesso a informação, em 2018, os números vêm aumentando gravemente desde 2014. Nos 10 anos anteriores, as falhas ocorriam uma a cada oito dias. Hoje, uma falha acontece a cada quatro dias no metrô de São Paulo.

Entendem-se como falha grave, problemas técnicos nos trens, energia e impedimentos nas vias. O levantamento não conta com os números da Linha 4 - Amarela, administrada pelo consórcio ViaQuatro, que não divulgou os dados sobre o tema, somente com as quatro linhas administradas pelo Governo de São Paulo.

A linha mais antiga da malha metroviária, a 1 - Azul, é a que conta com mais incidentes em suas vias, sendo quatro a cada dez falhas, somando 40% de todos os problemas. Em seguida, a linha 3 - Vermelha conta com 30% de todos os problemas ocasionados por esses incidentes notáveis.

Em horas, as falhas graves só não superaram o período de 2016, que contou com 65 horas. Em 2018, foram 61 horas (dois dias e meio), ainda assim, prejudicando a vida dos passageiros.

Governo quer romper acordo e adiar reajuste de servidores

Manifestação de servidores federais durante votação da LDO no Congresso

Ministro anunciou que plano do governo é pagar parcela do aumento só em 2020

Após ter sido derrotado na tentativa de congelar o salário dos servidores públicos federais através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo anunciou que vai propor adiar para 2020 a parcela de reajuste devida aos servidores do Executivo que deve ser paga em janeiro de 2019.

O anúncio foi feito pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, na sexta-feira (20), que informou que o governo pretende apresentar um medida provisória ou projeto de lei. O reajuste de 2019 dos servidores faz parte de um acordo firmado em 2015 entre o governo e a categoria, que previa um reajuste dividido em quatro parcelas, pagas de 2016 a 2019.

A tentativa de saquear o dinheiro dos trabalhadores começou ainda no ano passado quando o governo quis barrar a parcela de reajuste este ano. O objetivo era suspender a correção salarial de mais de 253 mil servidores ativos e inativos do Executivo Federal. Para isso, Temer assinou uma Medida Provisória (805) em outubro de 2017, que previa o adiamento ou o cancelamento das correções salariais, mas uma liminar concedida no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo ministro Ricardo Lewandowski, garantiu a terceira parcela dos reajustes.

Agora sobrou a Temer e seus aliados tentar barrar a quarta, e última, parcela. Ainda na semana passada, o Congresso Nacional acabou retirando do texto base da LDO para 2019 uma proibição de conceder qualquer tipo de reajuste aos funcionários, nem sequer a inflação.

Em todas essas ocasiões, houve intensa mobilização de servidores públicos junto a sindicatos, federações e centrais, para barrar o arrocho da categoria. Durante a votação da LDO, os servidores estiverem presentes nas galerias para pressionar e, durante a sessão, a maioria dos partidos mudou a orientação. Ao final, foram 209 votos a favor do destaque, 45 contra e três abstenções.

O argumento também permaneceu o mesmo em todas as tentativas de congelar o salário dos servidores: evitar gastos. Segundo o ministro, com o adiamento do reajuste para 2020, o governo evitaria um gasto de R$ 11 bilhões em 2019. Ou seja, para o governo, o salário dos trabalhadores não passa de "gasto".

Vale lembrar, no entanto, que o mesmo projeto da LDO que congelava os salários dos servidores também permitiu a prorrogação dos chamados "incentivos fiscais" existentes – multinacionais e setores da indústria e de exportações que ficam isentos de pagar impostos – por mais cinco anos. Para o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) essa sim é um medida que deveria ser revista, uma vez que, anualmente, o governo gasta quase R$ 300 bilhões com benefícios fiscais.

No orçamento de 2018, estão reservados R$ 283 bilhões para benefícios fiscais. No ano passado, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o país deixou de arrecadar R$ 354,7 bilhões com o benefício.

Índice não repõe perdas do último ano

Correção de só 3,3% representa perda a aposentados, diz Cobap

Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada há duas semanas no Congresso Nacional, as aposentadorias acima do salário mínimo terão um reajuste abaixo da inflação no próximo ano: 3,3% frente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que gira em torno de 4,17%.

De acordo com a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), "a diferença de 1,31% aumentará a perda salarial da categoria para 85,83% desde a criação do Plano Real em 1994". "Os aposentados continuam sendo injustiçados pelo governo e pelo Congresso Nacional", ressalta a entidade.

Desde 2011, os aposentados não têm aumento real de seus salários, obtendo apenas a reposição da inflação nos últimos anos. Agora, aprofundada a política de arrocho do salário mínimo e dos aposentados, o índice previsto ficou abaixo da inflação. Com as aposentadorias achatadas, muitos aposentados se mantêm no mercado de trabalho. Segundo dados do Serviço de Proteção de Crédito (SPC Brasil), em 2016, mais de um terço dos aposentados continuava trabalhando justamente pelo valor suas aposentadorias serem insuficientes.

Não diferente, o salário mínimo também tem sofrido perdas reais nos últimos anos. Em 2017, houve a perda de -0,1%; em 2018, de -0,25%. Para o próximo ano, a LDO prevê aumento real de apenas 0,4%, passando de R$ 954 para R$ 998.

16 sindicatos já confirmaram que não aceitam índice e podem ir à greve

Trabalhadores dos Correios rejeitam em assembleias reajuste abaixo da inflação

Após proposta dos Correios de reajustar os salários abaixo da inflação e cortar direitos, os trabalhadores da estatal se reuniram e decidiram, em 16 assembleias, por rejeitar o arrocho. Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT), caso a proposta e a postura da empresa não sejam alteradas, os trabalhadores deverão recorrer à greve para garantir seus direitos.

A proposta, apresentada em reunião de negociação entre a diretoria dos Correios e o Comando de Negociação dos trabalhadores, realizada no dia 17, prevê um reajuste de 1,58%, que, frente a um Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) girando em torno de 2,64%, significa que somente 60% da inflação seriam repostos. "Na prática, não tem reajuste. E pra piorar, se comparar os Correios com as demais estatais, é a empresa que pior paga seus trabalhadores", disse o dirigente da FENTECT, José Rivaldo, em entrevista ao HP.

Nos planos dos diretores da empresa também está o corte do adicional noturno, diminuindo em 3 horas o tempo a ser considerado como "noturno" e o percentual a ser adicionado, de 60% para 20%, além de "alterar a regra de fornecimento de Vale Alimentação e dos Planos de Saúde e retirar o Vale Cultura, que é um programa que a empresa tem adesão junto ao governo federal", segundo José.

Segundo a Federação, até o momento já rejeitaram a proposta as assembleias realizadas no Acre, Amazonas, Bahia, Campinas, Minas Gerais, Santa Maria, Santa Catarina, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Vale do Paraíba, Uberaba, Santos, Espírito Santo e Rondônia, mas outras ocorrerão até o fim do mês, garantindo ainda maior adesão dos trabalhadores.

Os trabalhadores estão tentando resolver a situação através do diálogo e das negociações. Porém, "a negociação está travada. Caso a empresa não mude de proposta e de postura, a tendência é que a gente se encaminhe para uma grande mobilização seguida de uma greve", afirmou o dirigente sindical.

Para os trabalhadores, há uma contradição entre os argumentos utilizados pela empresa e a realidade. Enquanto o ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab (PSD), afirma que a estatal obteve, em 2017, um lucro de R$ 667 milhões, os diretores da mesma dizem que ela passa por péssima situação financeira, o que, na cabeça deles, justifica arrochar o salário dos trabalhadores e retirar seus direitos.

Primeira parcela será paga em agosto

Justiça de MG: Pimentel deve pagar salários até o 5º dia útil

Através de liminar expedida no dia 12 de julho, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ), os servidores públicos do estado conseguiram assegurar o fim da farra do governador Fernando Pimentel (PT), que vinha parcelando os salários. A decisão determina que o governo deverá realizar o pagamento do funcionalismo sempre até o 5º dia útil do mês.

O parcelamento foi estabelecido por Pimentel em fevereiro de 2016 e acontecia de forma escalonada, sendo a primeira fatia sendo de R$ 3 mil. Porém, partir de junho passou a ser de R$ 1,5 – a medida foi chamada de "parcelamento das parcelas".

A ação para o fim dos parcelamentos foi levada à frente pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SindUTE-MG) e a liminar expedida pela desembargadora Maria das Graças Silva Albergaria dos Santos Costa, da 3ª Câmara Cível de Belo Horizonte.

Na liminar, Maria afirma que a medida de parcelamento foi "temporária", mas já se passaram dois anos "sem que o Executivo sinalizasse para qualquer regularização", referindo-se à situação financeira do Estado. "Não se pode admitir que uma medida, a princípio excepcional, se torne permanente, sem perspectiva de solução, causando enorme prejuízo aos servidores que dependem da verba salarial, de natureza alimentar, para fazer frente às suas despesas e à subsistência de sua família, não raramente surpreendidos com a alteração ou mesmo descumprimento das escalas de pagamento", alega a desembargadora.

Desta forma, os atrasos, escalonamentos e parcelamentos "ofendem os princípios da boa-fé, segurança jurídica e dignidade da pessoa humana – também componentes do ordenamento – colocando as classes mais necessitadas do funcionalismo público em situação de franca necessidade", completa a desembargadora. Segundo o SindUTE, essa situação é de "total desrespeito com os servidores, que dependem da remuneração para o sustento próprio e de seus familiares".

O governado de Pimentel recorreu da decisão às instâncias superiores. Em seu recurso, o governo somente volta a falar que a situação financeira não permite, sem apontar nenhuma saída que não afete de forma tão profunda e desrespeitosa a vida dos servidores mineiros.

Artur Bueno, presidente licenciado da CNTA

Professores de Salvador mantêm greve por aumento de salários

Os professores municipais de Salvador decidiram pela continuidade da greve em assembléia na sexta-feira (20). Em greve desde o último dia 11 julho, a categoria pede reajuste de 12,41% para compensar o aumento do custo de vida na capital baiana.

Os professores também pedem o aumento de 10% de auxílio alimentação, que hoje está no patamar de R$14 por dia.

A prefeitura de ACM Neto ofereceu 2,5% para que trabalhadores desistam da paralisação, por intermédio do Secretário Municipal de Educação, Bruno Barral. A Secretaria também anunciou que vai cortar o salário dos dias de greve de todos os trabalhadores que aderiram à greve. Para o Sindicato, a medida "é objeto da ameaça do Executivo Municipal".

Como proposta de mediação nas negociações, a assembléia definiu 6,8% em oposição aos 2,5% oferecidos pela Prefeitura. A categoria realizou novo ato na Praça do Cayru nesta segunda-feira (23), no bairro do comércio em Salvador, com o objetivo de sensibilizar o Executivo a retomar as negociações. Está prevista uma nova mesa de negociações para a terça-feira (24).

A categoria convocou nova assembleia para a quarta feira (25) para avaliar os rumos da paralisação.

Ocupação de Brasília dos trabalhadores contra reforma da Previdência

Centrais convocam 'Dia do Basta' contra o desemprego, corte de direitos e privatização

As centrais sindicais estão convocando um dia de paralisação em todo o país contra o corte dos direitos trabalhistas, em defesa do emprego, da aposentadoria e contra a venda das empresas públicas para o próximo dia 10 de agosto. Os atos estão sendo convocados em unidade pelas centrais CGTB, CSP Conlutas, CUT, CTB, UGT, Força Sindical, Nova Central, Intersindical e CSB.

Estão previstas paralisações nos locais de trabalho seguido de atos centralizados. Chamado pelas centrais de "Dia do Basta!" os atos têm por objetivo exigir o congelamento do repasse dos recursos públicos para os banqueiros e especuladores que nos últimos anos sugou quase metade do orçamento da união por meio dos juros da dívida pública e exigir a revogação das medidas feitas pelo governo Temer que retiram direitos dos trabalhadores.

Em São Paulo o ato unificado está sendo convocado para a Avenida Paulista, em frente da FIESP, às 10h.

Em Maceió, funcionários públicos rejeitam índice de reajuste parcelado

Os servidores públicos municipais de Maceió rejeitaram a proposta de reajuste mantida pela Prefeitura de Maceió, após reunião na tarde desta segunda-feira (23).

A proposta da prefeitura de Rui Palmeira (PSDB) é um reajuste de 3%, em duas parcelas, sendo 2% em julho e 1% em outubro. Diante de anos de perdas salariais, os servidores reafirmam: "Nós estamos sem reajuste há dois anos e queremos a reposição das perdas salariais", afirma Sidney Lopes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Maceió (Sindspref).

"No passado o prefeito empurrou 0%, esse ano 3% a partir de junho, nossa data base é janeiro. Por isso a resposta da categoria unificada está aqui nesse protesto", completou Maria Consuelo Correia, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal),

De acordo com os sindicatos, a proposta será submetida à assembleia dos servidores, que estão em greve. "Não podemos afirmar que a greve se manterá agora, mas é quase certo que isso vá acontecer, afinal de contas, a proposta dita aqui já nos foi apresentada e rejeitada anteriormente em assembleia. A situação só será diferente caso a categoria, de maneira muito inesperada, decida aceitar mesmo os 3%", afirma.

Intelectuais da AL condenam 'aberração' orteguista:

"Não há pior roubo que a fraude política contra as esperanças dos povos"

Ativistas sociais latino-americanos manifestaram seu repúdio à violência política que assola a Nicarágua. Maristella Svampa (socióloga e escritora, Argentina), Raúl Zibechi (jornalista, Uruguai) Horacio Tarcus (historiador, Argentina), Pablo Alabarces (professor e pesquisador, Argentina), Ezequiel Adamovsky (historiador, Argentina), Beatriz Sarlo (ensaísta, Argentina), Massimo Modonesi (Unam, México), Pedro Machado Orellana (Equador), Arturo Escobar (antropólogo, ambientalista, Colômbia) são alguns dos assinantes do documento que denuncia a violação aos direitos humanos sofrida pelo povo nicaraguense desde início de abril, quando começaram os protestos de estudantes e outros setores sociais contra o ataque à segurança social por parte do ex-comandante Daniel Ortega.

No texto, os intelectuais condenam a "aberração política" aplicada na Nicarágua, negando que seja produto de líderes e governos ditos de esquerda. "Nada pode doer mais que a ironia de um líder que se diz revolucionário, emulando as práticas criminosas daquele ditador contra o qual soube se levantar!" assinalam na carta. "Não há pior latrocínio que a defraudação política da esperança dos povos. Não há pior saque que aquele dirigido a depredar as energias rebeldes por um mundo justo", afirmaram.

Segundo os assinantes, "denunciar esta situação tão dolorosa como inaceitável, alçar a voz contra os atropelos às mais elementares liberdades e direitos que o atual governo nicaraguense vem realizando, não é apenas um dever de solidariedade humanitária. É também um ato e um chamado coletivo em defesa da memória revolucionária; na procura de evitar a consumação desta degeneração política em curso".

O ex-presidente do Uruguai e atual senador José "Pepe" Mujica também expressou sua preocupação pela crise política na Nicarágua e convocou Daniel Ortega, a deixar o poder.

Na votação do Senado uruguaio em que se aprovou por unanimidade uma declaração que condena os atos de violência na Nicarágua, Mujica expressou que se sente "mal" vendo as mais de 360 mortes que provocadas pelo conflito.

"Sinto-me mal, porque conheço gente tão velha como eu, porque lembro nomes e companheiros que deixaram a vida na Nicarágua, brigando por um sonho (...) e sinto que algo que foi um sonho, caiu na autocracia", expressou.

Nesse sentido, acrescentou: "entendo que aqueles que ontem foram revolucionários, perderam o sentido na vida. Há momentos em que tem que dizer 'vou me embora'".

Knesset oficializa: apartheid é o regime do Estado de Israel

NYT

Faixa durante o ato contra o apartheid: "Esta é a casa de todos nós"

O Knesset, parlamento israelense, aprovou por 62 votos a favor, 55 contra e 2 abstenções a "Lei Básica", que "constitucionaliza" o apartheid. Define assentamentos (assalto a terras palestinas) como um "valor nacional"

Com a nova "Lei Básica do Estado Nação" aprovada pelo Knesset, o parlamento de Israel, passa à condição de 'lei constitucional' o regime de apartheid já em vigor no Estado de Israel (através de uma série de leis, normas e ações do Estado) e, portanto, transgride abertamente determinações legais internacionais acerca da proibição mundial contra a discriminação racial contida no proscrito regime do apartheid sul-africano.

De acordo com o texto aprovado, Israel assume agora a institucionalização desta execrável ilegalidade.

Aprovada um dia depois do mundo inteiro comemorar os 100 anos de nascimento de Nelson Mandela e de louvar sua gigantesca luta que deu fim ao odioso apartheid, a "lei" aprovada por 62 votos a favor, 55 contra e duas abstenções, afirma, entre outros absurdos, que o "assentamento judaico é um valor nacional" e que cabe ao Estado "encorajar e promover seu estabelecimento e consolidação".

"Assentamento", é o termo israelense para definir o estabelecimento de colônias judaicas em terras roubadas aos palestinos nos territórios que Isael ocupa e atua de forma incessante para anexar desde 1967.

Ou seja, a Lei Básica de Israel diz que o ato de roubar, dos árabes palestinos, é, para os judeus de Israel, não apenas legal, mas um "valor nacional".

Eis o conteúdo do apartheid israelense: roubar os não-judeus, assaltar sua propriedade, é considerado uma virtude. Pode haver algo mais definidor de uma ideologia racial supremacista? Fica estabelecido também – desconsiderando a condição nacional básica e ancestral dos palestinos e seu inalienável direito ao anseio e luta pela autodeterminação nacional, incluindo aí aqueles que insistiram em permanecer em sua terra - que "o direito ao exercício da autodeterminação nacional, no Estado de Israel, pertence unicamente ao povo judeu".

Quanta arrogância! Como se o direito à autodeterminação não fosse intrínseco a todo ser humano e ao coletivo nacional ao qual pertence. Significa que – como se não bastassem os milhões de descendentes dos desterrados pela hedionda limpeza étnica de mais de 70 anos de execução guindada a política de Estado e proibidos de voltar a sua pátria – agora, todo palestino que vive em Israel está proibido por lei de se declarar como parte do usurpado povo palestino. Como evidentemente não são judeus, são pessoas que o apartheid quer tornar párias em sua própria terra milenarmente ancestral, enquanto são considerados nacionais unicamente os judeus, independente de haverem nascido lá ou em qualquer outra parte do mundo e haver chegado aí há dias.

A nova lei reforça a falácia da existência de "um povo judeu" e mais: afirma que o Estado de Israel é, por definição, "o lar nacional do povo judeu, com o hebraico como sua língua oficial e Jerusalém única sua capital", desta forma, pretende estripar do judeu alemão, inglês, brasileiro, russo, ou de onde quer que seja, sua terra natal, de sua nacionalidade verdadeira, a partir da qual exerce seus direitos nacionais e se supõe deve ter os mesmos anseios e identidade dos seus patrícios. Surge, no mesmo parágrafo, o intento de anexação da Jerusalém Oriental, inteiramente árabe e palestina e, como tal mundialmente reconhecida (condição negada apenas pelos adeptos do apartheid israelense e agora pelo desvario prepotente de Donald Trump).

Em suma, os árabes, que vivem em Israel passam a estar em uma terra que - por lei - não os engloba como nacionais. Não que este mal estivesse ausente até agora, ao contrário, a própria implementação do Estado de Israel, já trazia as chagas dessa discriminação - agora constitucionalizada - em suas raízes fundacionais.

A lei define que a língua árabe, até antes dela, considerada – junto com o hebraico – como língua oficial, passa a status secundário de "língua especial". Isso, apesar de Israel, situada no árabe, Oriente Médio, ter 20% de sua população constituída de árabes e mais cerca de 40% de judeus árabes, ou seja, o árabe, língua mãe de 60% da população israelense, deixa de ser língua oficial.

O apartheid israelense foi sempre exercido por diversos meios: a vigilância sobre moradores das aldeias árabes, discriminação nas dotações orçamentárias, proibição de questionar o caráter excludentemente judaico do Estado de Israel. Uma discriminação estatal, o que se reflete nas condições econômicas dos árabes - reduzidos a minoria em Israel - na menor frequência árabe nas universidades, nos postos de governo, nos empregos mais valorizados, nas fábricas e fazendas, em mãos judaicas.

Israel é um Estado que nasceu com disfarces que o permitiram ingressar na ONU. Um deles expresso na Declaração de Independência do Estado de Israel, onde se lia que "deve haver uma lei única para todos os seus habitantes independente da raça, religião, língua ou gênero".

Enquanto esta retórica se apresentava em Tel Aviv, com a Declaração lida por Ben Gurion, em 18 de maio de 1948, as forças judaicas desatavam o terror aldeia árabe a aldeia árabe, bairro árabe a bairro árabe, de norte a sul da Palestina. Um terrorismo de Estado que despojaria perto de um milhão de palestinos de sua pátria ancestral para, sobre os escombros das casas palestinas, de mais de 400 de suas aldeias e cidades, construir os kibutzim (as aldeias 'socialistas' judaicas) e os bairros que passaram a majoritariamente judaicos em Haifa, Tel Aviv, Jerusalém e nas cidades antes inteiramente árabes de Lod, Afula. Acre, Atlit, Bet Shean, Beer Sheva, Eilat, agora judaizadas.

Na Declaração, agora – até mesmo ela – jogada no lixo sob o tacão corrupto do premiê Netaniahu já se declarava a nação, pretensamente "de árabes e judeus", como um "Estado Judeu" e –além de elevar meras comunidades confessionais a categoria de um suposto povo supranacional e mundial – teve a limpeza étnica no terreno a serviço de sua materialização em Estado de Israel.

A diferença é que agora o apartheid ganha foros de 'constituição'. Na verdade um arremedo constitucional, pois o Estado de Israel nunca teve uma Constituição. Não se produziu uma Carta Magna para assim impedir que direitos democráticos fossem reivindicados pelos não judeus.

GENOCÍDIO

Como ilustração, sobre os primeiros passos desse hediondo genocídio planejado e executado, seguem trechos de um dos mais pungentes relatos do professor Ilan Pappe, no seu livro *A limpeza étnica da Palestina*:

A ordem para atacar Sasa proveio de Yigal Allon, o comandante da Palmach no norte, e foi confiada a Moshe Kalman. Era muito clara: "Você deve explodir 20 casas e matar tantos guerreiros [leia-se aldeões] quanto possível. " Sasa foi atacada à meia-noite. O New York Times (16 de abril de 1948) relatou que a unidade de soldados judeus não encontrou resistência enquanto entrava no vilarejo e começava a emplastrar TNT às casas. "Demos de cara com um guarda árabe", Kalman narrou depois. "Ele estava tão surpreso que não nos perguntou "min Hada?", "quem é você?", mas "eish Hada?", "o que é isso?", um dos nossos soldados, que sabia árabe, gracejou: "hada esh", ("isto é [em árabe] fogo [em hebraico]) e disparou uma rajada contra ele. Os soldados de Kalman tomaram a rua principal do vilarejo e sistematicamente explodiram uma casa após a outra, com as famílias ainda dormindo. "Afinal o céu se escancarou para nós", rememorou Kalman de foma poética, conforme um terço do vilarejo voava pelos ares. "No nosso rastro, deixamos 35 casas demolidas e 60-80 cadáveres" (um bom tanto eram crianças). Ele condecorou o exército britânico por ajudar as tropas a transferirem os soldados feridos – atingidos pelos destroços que riscavam os céus – para o hospital de Safad. (Pappe, pag. 98).

NATHANIEL BRAIA

"Basta de segregação e de racismo", afirma multidão de israelenses nas ruas de Tel Aviv

Uma marcha com a participação de 7 mil pessoas, de acordo com os organizadores, tomou as ruas de Tel Aviv no sábado exigindo que a denominada "Lei Básica do Estado Nação" seja derrogada, uma vez que ela é excludente da população árabe e fortalice a segregação já predominante no país.

Com faixas declarando "Esta casa é de nós todos", "Parem com a lei básica", "Basta de Discriminação e Racismo" e ainda cartazes afirmando "Judeus e Árabes juntos contra o racismo", a marcha lotou as avenidas centrais da maior cidade do país.

Deputados árabes no parlamento israelense rasgam cópias da "Lei Básica"- foto Olivier Otoussi para AP

Tamar Zandberg, do partido Meretz, definiu a lei como "uma lei que só tem de básico o racismo. Uma lei na qual o apartheid fica exposto".

JUDEUS REJEITAM

A rejeição à estúpida medida não se limitou a manifestações dos árabes e judeus progressistas, mas desta vez o que se viu foi a crítica se estendendo a setores de direção do próprio sionismo e tradicionais apoiadores de Israel, mostrando o ponto a que chegou o isolamento e degeneração dos que estão no governo israelense.

Até mesmo o presidente de Israel, Reuven Rivlin, que raramente se envolve nas disputas políticas (o governo israelense é parlamentarista e o presidente tem função representative), alertou que a lei vai "prejudicar os judeus em todo o mundo e no Estado de Israel".

"O país vai ladeira abaixo rumo ao apartheid" alertou Rivlin.

O procurador-geral, Avichai Mandelblit, rejeitou o artigo da lei que torna legal e "valor nacional" os assentamentos exclusivamente judaicos propostos na lei racista. "esta lei pode expor Israel como país que viola a lei internacional.

O líder da organização judaica norte-americna, J Street, denunciou que a "lei é uma mensagem à comunidade árabe em Israel que seus integrantes não são e nunca serão cidadãos iguais".

Jerry Silverman, presidente da Federação Judaica da América do Norte, viajou a Israel para discutir a lei e mesmo deixando claro sua postura de apoiador, alertou: "Quando estamos tentando apoiar Israel, estas coisas [como a lei nação Estado] são barreiras e nos criam difíceis desafios".

O Comitê Judeu-Americano declarou-se "profundamente desapontado" e afirmou que a lei "coloca em risco o compromisso dos fundadores de Israel de construir um país tanto judeu e democrático".

ÁRABES CONDENAM

O líder da Lista Conjunta que unifica os parlamentares árabes, Ayman Odeh, afirmou que a lei "declara que não nos querem aqui e que enquanto este Estado prevalecer seremos cidadãos de segunda categoria".

Entre os árabes, destacamos as declarações grupo de advogados para os cidadãos árabes palestinos em Israel, Adalah, que afirma que a lei "cai dentro das absolutas proibições no contexto da legislação internacional e encarna características do apartheid".

Além das declarações de judeus e árabes contra o racismo expresso na lei, também ergueu sua voz a embaixadora da União Europeia em Israel, Emanuelle Giaufret, alertando os parlamentares de que o status internacional de Israel poderia se ver ameaçado com a aprovação desta lei.

O secretário-geral da Organizção de Libertação da Palestina (OLP), Saeb Erekat, declarou que se trata de uma "lei perigosa e racista que oficialmente legalisa o apartheid e define em lei o sistema de apartheid israelense".

Papa defende solidariedade para deter as mortes no Mediterrâneo

Sensibilizado com "as dramáticas notícias de naufrágios de embarcações cheias de imigrantes no Mediterrâneo", o Papa Francisco conclamou a comunidade internacional a atuar "com decisão e prontidão para que estas tragédias não se repitam e seja garantida a segurança, o respeito e a dignidade de todos".

Em sua catequese no último domingo, o pontífice argentino dedicou sua "lembrança e oração" às vítimas e aos seus parentes, manifestou sua "dor por estas tragédias" e pediu aos fiéis que não se desconsiderem "o sofrimento e a dificuldade do próximo".

"Que as tragédias no Mediterrâneo nã se repitam"

Conforme dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) das Nações Unidas, junho foi o mês que registrou o maior número de mortes em um ano e meio entre imigrantes que tentaram cruzar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa. Entre os dias 1º e 30, pelo menos 629 pessoas morreram ou desapareceram na região, incluindo o Mar Egeu. O total é praticamente igual ao número de mortos nos cinco meses anteriores, entre janeiro e maio.

De acordo com ONGs que mantêm barcos nas águas internacionais para resgatar os imigrantes – a maioria oriundos da África e do Oriente Médio – a nova política do governo italiano de bloquear o acesso dos navios aos portos do país dificultou ainda mais o trabalho de resgate. As entidades também denunciam inúmeras práticas dos governantes líbios, que atentam contra as leis marítimas e os próprios direitos humanos, como negar ajuda a barcos em perigo.

Macri apoia base dos EUA na região das maiores reservas de hidrocarbonetos da Argentina

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, aprovou a construção na província de Neuquén, na Patagônia (onde fica a jazida de gás de xisto Vaca Muerta), de uma base militar dos EUA. A sua criação deve ser financiada pelo Comando Sul dos EUA. Um dos principais adeptos da criação de bases é a ministra da Segurança da Argentina, Patricia Bullrich.

A ministra elogiou a chegada ao país de instrutores americanos que efetuam a preparação dos policiais argentinos antes da cúpula do G20 em novembro. Isso viola as atuais leis argentinas, porque é necessário obter a autorização do Congresso para tais ações, algo que não foi feito.

"Tomamos conhecimento há muito pouco. Foi assinado um convênio entre o Comando Sul e o governo de Neuquén para instalar uma base 'humanitária'. Foram suavizando o tema até falar de um centro de atenção para catástrofes. Que catástrofes? Aqui, em Neuquén, não há nem inundações nem terremotos. Mas há, sim, uma das maiores reservas de gás do continente. Fomos ao lugar hoje para nos opormos. Querem instalar este centro no único lugar da província reservado para operações petroleiras, ou seja, a base visa cuidar dos interesses das empresas petroleiras norte-americanas em Neuquén", alertou o deputado da Frente para a Vitória – PJ, Guillermo Carmona.

"O governo não passa estes temas pelo Congresso Nacional. Estamos diante de uma violação da Constituição. Há uma série de questionamentos sobre estas bases, porque são potencialmente militares e por isso violam a soberania nacional", destacou o deputado.

O deputado estadual do bloco Frente Neuquino, Mariano Mansilla, denunciou que o problema não é exclusivo dessa província e que também há projetos de bases em Misiones e Terra do Fogo, de onde se pode controlar a Antártida. "O que está acontecendo tem que nos acordar. É muito delicado deixar entrar tropas. Temos que nos opor a que ponham um pé aqui, porque em todos os lugares do mundo onde botaram um hospital de campanha depois puseram uma base militar", disse o legislador.

Governo boliviano incentiva formação em ciência nuclear

A Agência Boliviana de Energia Nuclear (ABEN) e a Escola de Gestão Pública Plurinacional (EGPP) firmaram um convênio recentemente para ampliar e fortalecer a capacitação de profissionais em ciência e tecnologia nuclear, considerada estratégica pelo governo de Evo Morales

Conforme a diretora executiva da ABEN, Hortênsia Jiménez, a formação de recursos humanos é um dos pontos vitais para que o país possa ser incluído no seleto grupo de nações que usam a tecnologia nuclear de maneira pacífica, como instrumento de desenvolvimento soberano.

Neste sentido, assinalou Jiménez, o aporte da EGG servirá para a constituição de toda uma infraestrutura nuclear, além da qualificação dos profissionais para levar adiante um projeto de tamanha magnitude. "Para nós, é muito importante receber o apoio de instituições como a EGPP, que tem a ver com a capacitação de um Estado que está avançando em termos de tecnologia nuclear", acrescentou.

O acordo abrangerá as modalidades presenciais, semi-presenciais, fechadas, a longa distância, a nível nacional e internacional.

Após 5 meses de sequestro, Trump devolve bebê aos pais hondurenhos

AP

O bebê Johan precisou de um tempo para reconhecer os pais, Adalícia e Rolando

Johan, o bebê que virou símbolo da insanidade da 'tolerância zero' com imigrantes, já está com Adalicia e Rolando. Ficou sozinho nos EUA após a deportação do seu pai; passou o 1º aniversário no cativeiro e foi ao tribunal com sua mamadeira

O bebê hondurenho Johan, que se tornou símbolo no mundo inteiro da insanidade e truculência da política de "tolerância zero" do governo Trump com as famílias imigrantes, ao ser levado a uma audiência em um tribunal dos EUA no início do mês para ser deportado, após ter sido separado à força de seu pai, já expulso do país, enfim se reuniu à família neste sexta-feira (20), em San Pedro de Sula, Honduras, depois de uma separação de cinco meses e enorme dor e aflição dos pais, Adalicia Montecinos, que está grávida, e Rolando Antonio Bueso Castilho.

Johan agora está com um ano e cinco meses. No início, a criança não os reconheceu, relatou Adalicia, sem conseguir esconder o choro. Afinal, o bebê abriu um sorriso, enquanto recebia beijos e afagos. A mãe contou como nos cinco meses, quando podia falar com ele, ficava chamando "Johan, Johan", e então "ele começava a chorar".

Adalicia disse que não poderia "estar mais feliz" por ter seu filho de volta, mas que estava com muita raiva por ele ser tirado dela por meses, enquanto só podia vê-lo crescer por meio de vídeo. "Eu nunca vou ver meu filho caminhar pela primeira vez ou comemorar seu primeiro aniversário. Isso é o que eu perdi, aquelas memórias que toda mãe adora e conta a seus filhos anos depois."

O juiz federal que decidiu pela deportação de Johan, em uma corte no Arizona, se disse "envergonhado" de ter que indagar a um bebê se entendia que estava em um tribunal de imigração – um procedimento absurdo instaurado por Obama e agora turbinado por Trump.

Conforme a matéria da AP sobre a "insólita presença do bebê no tribunal", o sistema de tribunais de imigração dos EUA é tão iníquo que "exige que crianças – algumas ainda em fraldas – tenham de comparecer perante juízes e passem por processos de deportação enquanto estão separados dos pais". Sequer têm direito a um advogado nomeado pelo tribunal.

Rolando, o pai de Johan, disse que jamais pensou que eles [as autoridades norte-americanas] "poderiam ser tão cruéis". Honduras é um dos países aonde a política dos EUA de frear as transformações sociais a ferro e fogo na América Central, na década de 1980, deixou cicatrizes mais fundas, como a miséria e as gangues que substituíram os esquadrões da morte treinados pelos ianques, e o tacão do FMI. O golpe de 2009, abençoado pela secretária de Estado Hillary, só fez piorar o quadro.

Rolando, que se vira como motorista de ônibus, ganhando US$ 10 por dia, decidiu tentar uma nova vida nos EUA, onde seu irmão já estava, na expectativa de que os filhos viessem a ter uma sorte melhor. Outra razão foi que o irmão mais velho foi morto em um tiroteio em San Pedro de Sula.

O irmão mais novo, que está nos EUA há sete anos, em Maryland, com a esposa e filhos, ajudou no projeto, com US$ 6 mil, necessários para pagar os coyotes, os guias até a fronteira, caminho já feito também pela irmã de Rolando, que mora nos EUA. Pelo plano, Adalicia, no primeiro trimestre de gravidez, ficaria para trás, trabalhando em uma banca de venda de bonés de beisebol e se juntaria a eles assim que possível.

Rolando e o bebê foram até o México, em Tampicos, de onde seriam conduzidos até a fronteira. Ele levava cinco macacões de bebê, três jaquetas, um cobertor de bebê, fraldas e mamadeiras para a perigosa viagem. Em um trailer, lotado de outras famílias latino-americanas, percorreram o percurso durante três dias, até Reynosa, onde cruzaram o Rio Grande, em uma jangada improvisada, para os EUA, Texas.

Depois de se arrastarem pelo mato, acabaram sendo percebidos e detidos por uma patrulha da fronteira. "Viemos procurar o sonho americano", explicou Rolando ao vigilante. Como se soube depois, era a quarta tentativa de Rolando de entrar nos EUA.

Pai e filho foram levados para um centro de detenção de imigrantes, para uma jaula de arame, onde dormiram em um cochonete com aquele cobertor que mais parece uma folha de alumínio. Ele pensou que o pior que podia acontecer era ambos serem deportados. Enganou-se. No quinto dia, foi levado para interrogatório, onde teve seu filho tirado de seus braços, na última vez que se veriam por cinco meses.

A via crucis de Rolando incluiu 22 dias trancafiado em diferentes centros de detenção ao longo da fronteira com o Texas. Não sabia nada sobre o que havia acontecido com o filho, não sabia para onde ele tinha sido levado, não tinha dinheiro para ligar para Adalicia e contar o que acontecera.

Quando foi deportado, asseveraram a ele que seu filho o seguiria em duas semanas. Mais uma mentira: se passaram meses. Sobre o que passou ao ser separado do filho, o hondurenho relatou: "eles quebraram algo em mim lá. Isso nunca foi culpa do meu filho. Por que ele teve que ser punido?"

O caso do bebê Johan só começou a se resolver quando estourou o escândalo da separação à força das crianças de seus familiares detidos na fronteira e, ainda pior, de casos como o dos dois, pai expulso e filho mantido nos EUA, ou seja, virtualmente sequestrado.

Sob condenação interna e internacional, inclusive da ONU, Trump teve que recuar, mas grande parte das crianças ainda está separada dos pais, o que deverá ocorrer por ordem judicial – mas é difícil que se resolva inteiramente – até o dia 26. Conforme o Intercept, mães nos centros de detenção precisaram fazer greve de fome para terem notícias do paradeiro dos filhos. Mães que tiveram seus filhos afinal devolvidos viveram a dolorosa experiência de verem que seus filhos já não as reconheciam.

ANTONIO PIMENTA

Moscou: Duma aprova, sob protestos, projeto do premiê Medvedev que aumenta idade para aposentadoria

A Câmara de Deputados da Rússia, a Duma, aprovou na última quinta-feira(19), em primeira leitura, um Projeto de Lei (PL) do premiê Dmitri Medvedev que aumenta a idade da aposentadoria em oito anos para as mulheres - de 55 para 63 anos – e em cinco anos para os homens - de 60 para 65 anos. Houve protestos em frente do Parlamento durante a votação e o PC marcou uma manifestação em Moscou contra a "reforma" no sábado 28.

Em média, os russos vivem 66,5 anos, dez anos a menos do que as russas, que geralmente alcançam os 77 anos. Com a medida, denunciam os opositores, regiões como a Sibéria, em que a expectativa de vida é de 55 anos, ou Tira, onde é de 64,4 anos, o que era direito virou letra morta.

O presidente Vladimir Putin, disse que "ainda não há uma decisão definitiva, a lei foi aprovada apenas em primeira leitura, não tem emendas ou anexos, tenho que ouvir todas as opiniões e acompanhar o debate", disse Putin ao se encontrar com os voluntários da Copa do Mundo de 2018 em Kaliningrado, um dos 11 locais do torneio. Ele disse também que essa discussão na surgiu agora e já vem de algum sendo levantada.

O projeto bancado por Medvedev foi respaldado por 328 deputados, todos eles do Rússia Unida (RU), principal partido do governo. Os demais partidos com representação na Câmara Baixa do Parlamento - o Comunista, o Liberal Democrático e o Rússia Justa votaram contra o retrocesso, mas conseguiram apenas 104 votos.

Diante da enorme impopularidade da medida - que prevê o aumento paulatino de um ano por ano de idade de aposentadoria já a partir de 2019 -, oito membros do grupo parlamentar do RU decidiram se abster e uma deputada, Natalia Poklónskaya, votou contra o projeto.

O vice-presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), Yury Afonin, ironizou as "justificativas" utilizadas pelo governo para defender um projeto rejeitado por 90% da população. Para elevar a idade, destacou, é particularmente absurdo argumentar que a expectativa de vida tem aumentado. Nos últimos 30 anos, alertou, "apesar de todos os avanços na medicina e tecnologia, a expectativa de vida aumentou apenas dois anos e querem aumentar a idade de aposentadoria em cinco e oito anos". No PL do governo há uma previsão de que até 2030 a expectativa de vida deve aumentar para 80 anos, disse Afonin, "mas o aumento da idade da aposentadoria será formalizado por lei, enquanto o aumento suposto na expectativa de vida não está de forma alguma garantido".

"Deputados, 90% da população rechaça a lei. De que contrato social podemos falar aqui? Não temos direito moral, econômico nem social para votar a favor desta lei", acrescentou Serguéi Mirónov, líder do Rússia Justa.

Escândalo força Macron a demitir seu capanga que espancou manifestantes

No seu depoimento diante da comissão de inquérito da Assembleia francesa sobre o escândalo do chefe da guarda pessoal do presidente Macron espancar manifestantes no 1º de Maio - espancou um manifestante caído e bateu em uma mulher -, o ministro do Interior, Gérard Collomb, fez de tudo para eximir-se de qualquer responsabilidade. Alexandre Benalla, que estava oficialmente alocado como vice-chefe de gabinete do Palácio Eliseu foi detido e indiciado no domingo.

Macron segue mudo, mas foi obrigado a demitir na sexta-feira o benquisto capanga. No fim de semana, ele se reuniu com o primeiro-ministro Édouard Philippe e com Collomb, para combinarem uma versão sobre o caso, perdão, uma linha de contenção do estrago. Conforme as fontes do palácio, o "presidente dos ricos' está possesso porque o flagra no seu capanga está atrapalhando suas "reformas estruturais" pró-bancos e o desmonte de direitos, além de dificultar sua misancene nos fóruns internacionais".

O chefe de polícia de Paris, Michel Delpuech, também depôs na segunda-feira (23), e o ritual será repetido nesta terça-feira diante do Senado. Bennalla, de 29 anos, que sempre era visto bem próximo a Macron, seja no 14 de Julho, data nacional, ou na comemoração da Copa vencida pela França, e que cuidou da segurança pessoal do agora presidente francês durante a campanha, vai ter que achar outra ocupação, se não pegar três anos de cadeia por espancamento, usurpação de função e posse ilegal de insígnia policial.

O vídeo do espancamento foi divulgado pelo Le Monde na quarta-feira. Antes, Benalla havia sido suspenso por apenas 15 dias. A oposição está exigindo a demissão de Collomb, a punição de Benalla e que o Eliseu explique porque demorou tanto a agir e porque o guarda-costas detinha tantas regalias.

Para quem estava no seu dia de folga, e supostamente pedira para ser "observador" da repressão aos manifestantes, Benalla demonstrou muito gosto pela coisa, bateu com mais vontade do que até a tropa de choque. No vídeo, se ouve o rapaz, caído, implorando para que ele pare. Outras imagens o mostram arrastando uma mulher.

O indiciamento inclui "cumplicidade na apropriação indevida de imagens de um sistema de videovigilância". Três policiais foram suspensos por entregar a Benalla as imagens comprometedoras. Outro funcionário do partido de Macron, que participou da agressão, também já foi detido e indiciado.

O ministro alegou sequer saber antes do episódio que Benalla era segurança de Macron, embora tenha admitido que este estava na reunião de comando que preparou a ação policial no 1º de Maio. Segundo ele, pelo código penal, a responsabilidade por tomar providência era do Palácio Eliseu.

Quando Benalla foi suspenso, ele reteve o carro oficial, com luzes azuis e motorista, e manteve o apartamento de graça em local nobre. Também foi a pedido direto do palácio que ele recebeu permissão para porte de arma.

Collomb disse aos deputados que a presença de Benalla nas manifestações como observador era "legítima", mas seu comportamento violento fora "inaceitável". Acrescentou "não ter ideia" de como ele tinha conseguido uma braçadeira de polícia, capacete de tropa de choque e rádio. Um deputado não se conteve: "temos a impressão de que tudo aconteceu sem que você soubesse… parece que você não tem conhecimento de nada".

O problema de Macron é se a operação abafa vai colar. Com tantos descontentamentos represados nas ruas da França, às vezes basta uma pequena fagulha. "Está aberta uma crise política, a assembléia está paralisada", afirmou o líder da França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon. "O ministro do interior está desmoralizado, mentiu demais. Claro que irá renunciar, e não será o único".

Ameaça russa tem nome e sobrenome e se chama Maria Butina, assevera NYT

A mídia do establishment resolveu dar uma variada e, agora que Trump já fala com Putin oficialmente, descobriu quem é a infiltrada do Kremlin nos States. O perigo tem nome e sobrenome, Maria Butina, asseverou o New York Times, e anda tentando subverter até mesmo a Associação Nacional do Rifle (NRA), quando não está servindo de tradutora para autoridades russas a convite nos EUA, e outras ameaças diretas à democracia e à terra dos bravos e do faroeste, a América.

Pior: é ruiva, ou seja, muito, muito perigosa. Vista por outra ângulo, parece não ser muito brilhante. É o que se depreende da alegação, do Departamento de Justiça norte-americano, de que encontrou um texto manuscrito com orientações sobre como pedir emprego na FSB, a agência russa de espionagem. Como registrou um blog, deve ser a única agência de espionagem do mundo que só emprega idiotas, e ainda orienta os candidatos a deixarem por escritos provas que os incriminem e que possam ser achadas por qualquer outro idiota.

Resumindo o macartismo 2.0: você conhece, ou conheceu algum comunista? Perdão, estamos no século XXI, então é "você conhece, ou conheceu, algum russo?" O que, você é russo? Cruz credo! As Hillaretes batem desse jeito, e os republicanos revidam, sempre lembrando que a coisa começou já com o Obama, o que sempre tem um fundo de verdade.

Em 2015, ela serviu de tradutora para o vice-presidente do Banco Central russo, Alexander Torshin, que veio a Washington a convite de uma entidade norte-americana voltada para ampliar os laços entre Wall Street e Moscou, o National Interest Center (NIC). Ele também foi recebido pelo vice-presidente do Fed, e ex-presidente do BC de Israel, o americano-israelense Stanley Fischer, e pelo subsecretário do Tesouro, Nathan Sheets. Agora Butina está sendo acusada de, como tradutora de Torshin, de ter ilicitamente "defendido os interesses da Federação Russa", assim como o "funcionário russo".

Dificilmente a própria Butina teria muito a esclarecer quanto ao que estava em debate, no caso, as repercussões sobre a economia russa das sanções de Obama decretadas um ano antes. Mas o vice do BC russo, que interesses deveria ele defender? Os do Vaticano? Os do Goldman Sachs? Os da Fundação Clinton?

E não seria o caso de que seriam os especuladores americanos que estivessem interessados em quebrar a banca do cassino, utilizando oficiosamente informações do banqueiro russo? Na NIC, houve uma reunião sobre a "situação do mercado financeiro" na Rússia, cujo cicerone era um ex-executivo da AIG, aquela seguradora que Obama salvou da bancarrota, Maurice 'Hank' Greenberg. Na diretoria da NIC, está um ex-presidente da NRA.

No ano passado, Torshin foi posto por Trump numa lista de dirigentes russos sancionados. Uma das principais acusações contra Butina é que ela estava tentando se infiltrar na NRA, o Cartel do Rifle que é muito popular entre a população que é morta nos episódios de massacre à americana, em geral em escolas ou discotecas. Realmente, é muito risco junto: ruiva, sussurrando em russo e ainda armada de rifle.Um Kalashnikov, quem sabe? A.P.

Irã adverte EUA a não mexer com quem está quieto e Trump faz ameaças no Twitter

O presidente dos EUA, Donald Trump ameaçou o Irã através de mensagem em sua conta no Twitter neste domingo (22), dirigida ao presidente iraniano Hassan Rouhani afirmando que "Nunca mais voltes a ameaçar os EUA ou sofrerás consequências que muito poucos sofreram ao longo da história. Já não somos um país que suporta tuas palavras dementes de violência e morte. Tome cuidado!", escreveu o presidente dos EUA.

A mensagem foi publicada pouco depois que o presidente Rouhani advertiu ao governo dos EUA de que "não brincasse com o rabo do leão" pois um conflito com o Irã seria "a mãe de todas as guerras. Você nos declara guerra e em seguida nos fala de sua vontade de apoiar o povo iraniano", afirmou o presidente do Irã em uma reunião com diplomatas iranianos divulgada pela TV estatal.

Devido às novas sanções impostas unilateralmente pelos EUA as exportações de petróleo do Irã poderiam ter uma redução de dois terços até o final do ano, a pretensão dos EUA era embargar totalmente as exportações de petróleo iraniano, exigindo que os países deixassem de comprar ao país persa.

Rouhani explicou que o Irã controla o Estreito de Ormuz e poderia fechar esse ponto estratégico por onde passa 30% do petróleo transportado por via marítima a nível mundial. O Ayatola Ali Khamenei, líder espiritual do país, apoiou a proposta do presidente do Irã de bloquear as exportações de petróleo no Golfo Pérsico no caso das exportações iranianas virem a ser suspensas pelas pressões norte-americanas.

Nesta segunda-feira (23) o chefe da milícia iraniana, Basij, afirmou que "as ameaças de Trump constituem-se em guerra psicológica" e que os EUA "não estão em condições de atuar contra o Irã". E o ministro da Defesa, Amir Hatami, assegurou que "os dirigentes dos EUA e seus aliados regionais só entendem a linguagem da força, por isso não há outro caminho que não seja uma ameaça decisiva. Os inimigos creem que podem privar o povo iraniano de seus recursos, porém resistiremos com toda nossa capacidade contra os que tentam nos intimidar", disse Hatami à agência IRNA e acrescentou: "Não nos daremos por vencidos, mas ao contrário, defenderemos com toda nossa capacidade os interesses vitais da República Islâmica e o bem-estar do povo iraniano.", finalizou.

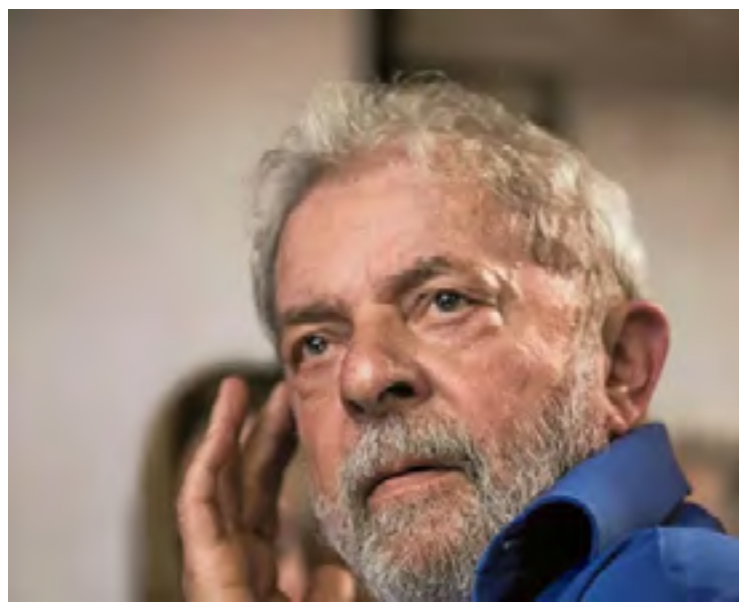
Trump, depois que se retirou do Acordo Nuclear com o Irã, tem aumentado as pressões econômicas e provocações políticas contra o país persa, restabelecendo novas sanções a partir de agosto. Contrária a essa decisão dos EUA a União Europeia prefere manter as relações comerciais com o Irã em sintonia com a vontade do governo iraniano.

Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano disse à imprensa que "mais sanções virão." Uma afronta ao Irã, à União Europeia e a toda a comunidade internacional favorável ao acordo nuclear que deixou Israel e o belicista Netanyahu feliz da vida. R.C.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (19)

Não é a primeira vez, na História da Humanidade, que forças que se alinhavam – ainda que com vacilações – no campo progressista, se bandearam para o lado inimigo. Nosso objetivo, neste trabalho, foi demonstrar, exatamente, isso. Lenin tinha inteira razão ao dizer que não existe uma luta verdadeiramente grande sem os seus heróis e os seus traidores

CARLOS LOPES



HP ESPECIAL

Os relatos sobre o conúbio de Lula com a direita – estamos falando das multinacionais – são inúmeros. Aqui, nos contentaremos em mencionar apenas as memórias de Wolfgang Sauer, então presidente da Volkswagen, intituladas "**O Homem Volkswagen – 50 anos de Brasil**", Geração Editorial, 2012 (v., sobre isso, "**O triplex não é meu" ou as provas que Lula garante que não existem**).

Porém, melhor ainda é a entrevista de Lula à "Veja", em 1989, onde defende a tese de que as multinacionais são melhores para o trabalhador brasileiro do que as empresas nacionais.

O PT – e, especialmente, Lula – serviu de *sparring*, na primeira eleição direta para presidente após a ditadura, para colocar um degenerado, desconhecido do conjunto do país, na Presidência. A reação jogou abertamente – inclusive através de pesquisas eleitorais enganosas – para inflar o eleitorado do PT contra os candidatos nacionalistas que se agrupavam no PMDB e no PDT.

No entanto, é verdade que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o PT e Lula mantiveram-se na oposição – e não se pode dizer que suas posições, apesar de vacilantes em inúmeros pontos, fossem neoliberais.

Se isso aconteceu por razões meramente eleitorais – a disputa com o PSDB, que então ocupava o papel de Herodes neoliberal – não é um tema, aqui neste trabalho, que seja importante. O fato é que não houve uma adesão do PT ao neoliberalismo, nessa época.

Após a eleição de 2002, ainda antes da posse, no entanto, Lula anunciou que o presidente do Banco Central seria Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do BankBoston, recém-eleito deputado federal **pelo PSDB**.

Com isso, entregava a política monetária ao inimigo. O resultado foi a passagem, durante seus dois mandatos, de R$ 1 trilhão, 285 milhões e 62 milhões, sob a forma de juros, do setor público para o setor financeiro.

Com o agravante de que, quando foi descoberta a participação de Meirelles no caso Banestado, Lula, para conceder a ele "foro privilegiado", elevou a presidência do BC – até então um departamento do Ministério da Fazenda – a Ministério. Foi isso que possibilitou a Meirelles fugir das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público – e, especialmente, de um juiz chamado Sérgio Moro.

Depois de quase derrubado, na crise do "mensalão" – o que foi somente possível devido à política econômica da dupla Palocci/Meirelles -, Lula percebeu que era necessário alguma modificação em seu segundo mandato, o que foi feito através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com todas as limitações, tratava-se de algo positivo, apesar da recessão de 2009, quando os juros de Meirelles fizeram o país seguir a metrópole, em sua crise.

Mas é justamente aqui que começa a degeneração final do PT. O assalto à Petrobrás e aos fundos de pensão aumentou nessa época. Como disseram vários depoentes, foi a partir de 2006 que a corrupção tornou-se uma bacanal sem limites. Conforme um integrante do esquema do PT na Petrobrás (e, depois, na Sete Brasil):

"*... indagado pelo Delegado de Polícia Federal sobre quanto **João Vaccari Neto** recebeu em nome do Partido dos Trabalhadores – PT, por conta dos aproximadamente 90 (noventa) contratos firmados com a **Petrobrás**, ao longo dos anos de 2003 a 2013, afirma que, considerando o valor que o declarante recebeu a título de propina, que foi de aproximadamente US$ 50 milhões de dólares, estima que foi pago o valor aproximado de US$ 150 a 200 milhões de dólares ao Partido dos Trabalhadores – PT, com a participação de **João Vaccari Neto***" (cf. Termo de Colaboração n° 03 de Pedro José Barusco Filho, 21/11/2014).

Esses contratos com cláusula de propina (!?) foram quase todos após 2005.

Mas isso é apenas uma parte do roubo – aquela que passou por Vaccari; e somente o que veio da Petrobrás.

DESLUMBRAMENTO

Mencionamos isso a título de ilustração da decadência moral do PT. Para uma história mais circunstanciada dos acontecimentos, remetemos o leitor ao nosso livro, "**Os Crimes do Cartel do Bilhão contra o Brasil**", Fundação Instituto Claudio Campos, 2016 – e a inúmeras matérias que poderão ser encontradas no site da **HORA DO POVO**.

Em 2011, um frade dominicano fez as seguintes observações:

"No discurso da primeira convenção nacional do PT, em 1981, Lula afirmava que o partido então criado era 'uma inovação histórica' e vinha para livrar a classe trabalhadora da condição de 'massa de manobra dos políticos da burguesia'. Dizia que o sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas que o partido existe para ir além: 'Queremos que os trabalhadores sejam os donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho'. Afirmava que 'o mundo caminha para o socialismo' e que o PT, com sua mística radical, não tinha como objetivo 'buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo'."

Frei Marcos Sassatelli, autor desse artigo, pelo visto, acreditara no que Lula dizia em 1981. Por isso, mostrava-se, 30 anos depois, perplexo:

"Em fevereiro, escrevi um artigo com o título 'Lula, um ex-operário deslumbrado pelo poder' (Cf. Diário da Manhã, Opinião Pública, 07/02/11, p. 18). Hoje acrescento que Lula é também um ex-presidente – ex-sindicalista e ex-operário – obcecado pela fama. Como o ex-presidente Lula pode ser tão oportunista e renegar sua própria história; como pode ser tão ambicioso e tão ganancioso, até o ponto de – como palestrante de luxo a serviço dos interesses dos banqueiros e das multinacionais – vender sua própria dignidade humana, traindo seus ex-companheiros? É realmente um comportamento repugnante e totalmente antiético.

"Vejam só que absurdo: Lula, o novo empresário e o novo rico, tornou-se o palestrante mais caro do Brasil. Segundo noticiou a imprensa, o ex-presidente cobra por uma palestra cachê que vai de R$ 200 mil a cerca de R$ 790 mil (por enquanto!). Em março, a multinacional LG foi a primeira a contratar o Lula para uma palestra no Brasil, com cachê de R$ 200 mil. A multinacional Telefónica convidou o Lula para uma palestra em Londres, com cachê de cerca US$ 300 mil. Lula foi também a Washington, a convite da Microsoft, e a Acapulco, a convite da Associação dos Bancos do México. No dia 4 de maio, em palestra em São Paulo, a convite do Bank of América Merril Lynch.

"Reparem: quando Lula vai ao exterior, viaja quase sempre em jatinho particular. Como custa caro o ex-operário, ex-sindicalista e ex-presidente Lula! Parece o mais valioso mascote dos detentores do poder econômico mundial! É inacreditável que ainda existam pessoas dispostas a ouvir as baboseiras do Lula, falando de si mesmo (se auto-elogiando), dos feitos de seu governo e do aumento da presença (que tipo de presença?) do Brasil no cenário dos "donos" do mundo.

"Sempre segundo notícias da imprensa, Lula aceitou também o convite da multinacional LG para fazer palestra na Coreia do Sul, com cachê de US$ 500 mil (cerca de R$ 790 mil). Se confirmado o evento na Coreia do Sul, em três ou quatro meses, a receita do Lula em moeda estrangeira chegará a US$ 1,2 milhão. Trata-se realmente de uma afronta aos trabalhadores (ex-companheiros de Lula) e de um pontapé na cara dos pobres. Trata-se de um dinheiro que é fruto da exploração dos trabalhadores pelas multinacionais e, portanto, de um roubo legalizado. O pior é que Lula sabe disso.

"A assessoria de Lula não confirma o valor do cachê das palestras do ex-presidente e Paulo Okamoto – sócio do novo empresário petista Lula na empresa LILS – diz cinicamente que 'é segredo de Estado' (cf. Folha de S. Paulo, 04/05/11, p. A9). Que desrespeito para com o povo, que vergonha!

"Esses fatos são mais que suficientes para provar que Lula – como diz o sociólogo Leo Lince – é 'a metamorfose que ambula'. Pessoalmente acho que, desde a campanha para o primeiro mandato de presidente da República, quando quis ganhar as eleições a qualquer custo e com qualquer meio, Lula traiu os trabalhadores, seus ex-companheiros, aliou-se aos detentores do poder econômico mundial e usou sua popularidade (melhor seria dizer, seu populismo) a serviço dos interesses deles.

"Permito-me sonhar! Como seria diferente se Lula, em suas palestras, fosse aliado e porta-voz dos trabalhadores, denunciando a exploração das multinacionais e dos banqueiros (que, diga-se de passagem, no governo Lula tiveram o maior lucro já conseguido até o presente), as estruturas de injustiça e a iniquidade do atual sistema econômico mundial. Nesse caso, seriam os movimentos populares e os sindicatos autênticos dos trabalhadores a convidar Lula para proferir palestras, e não os banqueiros e as multinacionais. Lula não ganharia cachês milionários, mas ganharia um cachê muito mais valioso que seria a felicidade de servir gratuitamente. Nada vale mais que a felicidade e a alegria da missão cumprida.

"Em todo esse contexto, é mais do que oportuna a advertência do apóstolo Tiago, também para os novos ricos como Lula: *'E agora vocês, ricos: comecem a chorar e gritar por causa das desgraças que estão para cair sobre vocês. Suas riquezas estão podres, suas roupas estão roídas pela traça; o ouro e a prata de vocês estão enferrujados; e a ferrugem deles será testemunha contra vocês, e como fogo lhes devorará a carne. Vocês amontoaram tesouros para o fim dos tempos. Vejam o salário dos trabalhadores que fizeram a colheita nos campos de vocês: retido por vocês, esse salário clama, e os protestos dos cortadores chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos'* (Tg 5, 1-4).

"Lembremos: não são os milhões de dólares que fazem o ser humano feliz e realizado!"

(Frei Marcos Sassatelli, "**Lula, o palestrante de luxo dos banqueiros e das multinacionais**", Correio da Cidadania, 17/05/2011).

Fizemos essa longa citação porque ela nos economiza muita argumentação – e porque vem de um religioso, não de um dirigente partidário.

Resta dizer, aqui, duas coisas: se confiarmos no Instituto Lula, seu patrono recebeu **US$ 14 milhões e 400 mil** (quatorze milhões e 400 mil **dólares**) por palestras, entre 2011 e 2015. Foi o próprio Lula que declarou que seu cachê era de US$ 200 mil.

Todas essas palestras tiveram todas as despesas inteiramente pagas pelos patrocinadores – sempre gente muito interessada nas ideias de Lula, como a Microsoft, o Bank of America Merrill Lynch, a Nestlé, a Pirelli e as empreiteiras do cartel do bilhão, que lhe pagaram, por palestras, **US$ 6 milhões** (seis milhões de **dólares**).

A segunda questão é que nem Frei Marcos Sassatelli – prior do Convento São Judas Tadeu, administrador da Paróquia Nossa Senhora da Terra e Vigário Episcopal do Vicariato Oeste da Arquidiocese de Goiânia – e nem nós, sabíamos ainda do assalto à Petrobrás e aos fundos de pensão.

Essa questão somente apareceu em 2014, com a Operação Lava Jato.

Nos dispensamos, aqui, de detalhar o total desprezo pela verdade que Lula e o PT, hoje, exibem – o estelionato eleitoral de Dilma foi apenas um episódio dessa carreira de mentiras.

Mas é evidente, moralmente, eticamente, o que representa essa adesão total à mentira.

FIM

Não é a primeira vez, na História da Humanidade, que forças que se alinhavam – ainda que com vacilações – no campo progressista, se bandearam para o lado inimigo.

Nosso objetivo, neste trabalho, foi demonstrar, exatamente, isso. Lenin tinha inteira razão ao dizer que não existe uma luta verdadeiramente grande sem os seus heróis e os seus traidores (Ou: "*São exatamente as grandes lutas que produzem os heróis – os que conseguem superar todas as adversidades a elas inerentes – e os traidores – aqueles para quem o desafio foi grande demais, e se deixaram esmagar por ele*", Claudio Campos, **A História Continua**, 2ª ed., Fundação Instituto Claudio Campos, 2015, p. 138).

A debacle dessa pseudo-esquerda desatravanca, desobstrui, o caminho para que a Humanidade possa avançar – em suma, para que possa recuperar e desenvolver a sua humanidade, tão vilipendiada pela opressão imperialista em sua fase mais degenerada.

Não é simples – a luta pelo progresso, pela liberdade e desenvolvimento dos povos e nações, nos quais se organizam os seres humanos, exige esforço, estudo e combate a debilidades que são, em geral, efeitos da ação do inimigo entre as forças do progresso.

Mas a verdade é que não existe alternativa para o ser humano, exceto a extinção da espécie, na submissão ao imperialismo.

GRATO

Gostaria, ao finalizar este trabalho, de agradecer a alguns amigos, sem os quais seria impossível levar a cabo, numa situação política tão difícil quanto a atual, este trabalho.

Agradeço a Nílson Araújo de Souza a sua sempre fraterna acolhida – e, em especial, algumas ideias e sugestões de seu livro "**Ascensão e Queda do Império Americano**" (ed. CPC-UMES/Mandacaru, S. Paulo, 2001).

Dois juristas foram muito importantes, para o conteúdo deste trabalho: Enoque Feitosa, autor de "**Direito e Humanismo no Jovem Marx**", (ed. UFPB, 2015) foi, indiretamente, responsável por esse escrito, pois este começou como uma tentativa de resenhar o seu livro. A resenha não saiu. Em vez dela... Confesso aqui a minha vergonha pelo fato de não ter conseguido escrever um prefácio para o livro de Enoque Feitosa, apesar de convidado por ele. O máximo que posso dizer é que não declinei dessa honra. Apenas, em meio ao tumulto diário, não consegui estar à sua altura.

Izaac Dutra, autor de "**Sociedade, Poder Punitivo e Direito Penal**" (ed. Página 8, 2015), tem sido um leitor atento do que escrevo, e decisivo para a abordagem da prática concreta nos tribunais e sua relação com as teorias propriamente jurídicas – até porque não sou formado em Direito. Sou, em geral, um curioso no assunto, que vê a teoria e os acontecimentos jurídicos sob o ângulo político e ideológico.

Sérgio Rubens de Araújo Torres, meu amigo de tantos anos, é sempre um crítico daquilo que escrevo. Para surpresa minha, quanto a este trabalho, ele mais elogiou do que criticou. A verdade é que tanto seus elogios quanto suas críticas são inestimáveis.

Por fim, mas talvez mais importante, meu agradecimento profundo e eterno (se algo no mundo é eterno) à minha mulher, Sandra, não somente pelo estímulo, mas, sobretudo, por suportar dentro de casa um escritor muito turbulento – pelo menos, quando está escrevendo.

Após a eleição de 2002, ainda antes da posse, no entanto, Lula anunciou que o presidente do Banco Central seria Henrique Meirelles, ex-presidente mundial do BankBoston, recém-eleito deputado federal pelo PSDB. Com isso, entregava a política monetária ao inimigo. O resultado foi a passagem, durante seus dois mandatos, de R$ 1 trilhão, 285 milhões e 62 milhões, sob a forma de juros, do setor público para o setor financeiro. Com o agravante de que, quando foi descoberta a participação de Meirelles no caso Banestado, Lula, para conceder a ele "foro privilegiado", elevou a presidência do BC – até então um departamento do Ministério da Fazenda – a Ministério. Foi isso que possibilitou a Meirelles fugir das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público – e, especialmente, de um juiz chamado Sérgio Moro